



Anais da Assembléia

N. 06

CURITIBA, TERÇA-FEIRA, EM 04 DE MARÇO DE 1986

ANO XII

4.ª SESSÃO LEGISLATIVA DA 10.ª LEGISLATURA
ATA DA 2.ª SESSÃO ORDINÁRIA
REALIZADA EM 04 DE MARÇO DE 1986.
TERÇA-FEIRA

Presidência do Senhor Deputado Nilso Sguarezi, secretariada pelos Senhores Deputados Anibal Khury e Djalma de Almeida César.

À hora regimental é registrada a presença dos seguintes Senhores Deputados: Nilso Sguarezi, Antônio Annibelli, Nelson Buffara, Anibal Khury, Kielse Crisóstomo, Fiori Luiz, Ezequias Losso, Acir Mezzadri, Adhail Sprenger Passos, Airton Cordeiro, Amélia Hruschka, Antônio Belinati, Artagão Mattos Leão, Augusto Carneiro, Basílio Zanusso, Caito Quintana, Dirceu Manfrinato, Djalma de Almeida César, Donato Gulin, Edgar Pimentel, Edilson Alencar, Edmar Luiz Costa, Eduardo Baggio, Erondy Silvério, Ervin Bonkoski, Ferrari Júnior, Francisco Escorsin, Fuad Nacli, Gabriel Manoel, Gerente Kirinus, Gilberto Carvalho, Hermas Brandão, Homero Oguido, Irondi Pugliesi, Ivan Gubert, Jorge Maia Filho, José Antônio Fonseca, Leônidas Chaves, Luiz Alberto Oliveira, Márcio Almeida, Mário Pereira, Nelson Vasconcellos, Nestor Baptista, Odeni Mongruel, Orlando Pessuti, Osvaldo Alencar Furtado, Paulo Furiatti, Péricles Pacheco, Rubens Bueno, Sabino Campos, Sérgio Spada, Tadeu França, Tadeu Lúcio Machado, Tércio Albuquerque, Trajano Bastos, Tuguio Setogutte, Werner Wanderer e Wilson Fortes (58).

Verificada a existência de número legal, o Senhor Presidente declara aberta a

S E S S Ã O

O SR. PRESIDENTE - (Nilso Sguarezi) Sob a proteção de Deus, iniciamos os nossos trabalhos.

O SR. 2.º SECRETÁRIO - procede à leitura da ata da sessão anterior, a qual é aprovada sem observações.

O SR. 1.º SECRETÁRIO - procede à leitura do seguinte

EXPEDIENTE:

Mensagens:

MENSAGEM 03/86

Curitiba, 12 de fevereiro de 1986.

Sennor Presidente.

Tenho a honra de encaminhar a Vossa

Excelência, para os fins constitucionais, cópia autêntica do 1.º Termo Aditivo datado de 29 de novembro de 1985 ao convênio celebrado em 26 de agosto do mesmo ano, entre o Estado do Paraná, através da Secretaria da Indústria e do Comércio, e a Fundação de Ensino Superior de Pato Branco, com vistas à prorrogação do prazo de vigência e à complementação de recursos do ajuste originário que tem por escopo a execução do Projeto de Cadastramento Industrial para Elaboração do Catálogo de Produtos Paranaenses.

O interesse público na aprovação da medida ora submetida à apreciação dessa Augusta Casa, está expresso no próprio texto do tratado.

Certo de que a solicitação formulada merecerá dessa Colenda Casa o necessário apoio e conseqüente aprovação, reitero a Vossa Excelência os meus protestos de elevado apreço e distinta consideração.

(a) JOSÉ RICHA

Governador do Estado

À Diretoria Legislativa

MENSAGEM 04/86

Curitiba, 12 de fevereiro de 1986.

Senhor Presidente.

Tenho a honra de encaminhar a Vossa Excelência, para os fins constitucionais, as inclusas cópias autênticas dos termos de revigoramento, celebrados pelo Estado do Paraná, através da Secretaria da Indústria e do Comércio, com as partes e datas conforme a seguir se menciona:

I - do Convênio SEIC/FFALM celebrado em 16.05.85, com a Fundação de Agronomia Luiz Meneghel, datado de 22 de outubro de 1985;

II - do Convênio SEIC/FECIVEL celebrado em 27.05.85, com a Fundação Faculdade de Educação, Ciências e Letras de Cascavel, datado de 22 de outubro de 1985.

III - do Convênio SEIC/FACE celebrado em 10.06.85, com a Fundação Faculdade Municipal de Administração e Ciências Econômicas de União da Vitória, datado de 07 de outubro de 1985;

IV - do Convênio SEIC/FACIBEL celebrado em 17.06.85, com a Fundação Faculdade de Ciências Humanas de Francisco Beltrão datado de 22 de outubro de 1985;

O interesse público na aprovação da medida ora submetida à apreciação dessa Augusta Casa, está expresso no próprio texto dos trabalhos.

Certo de que a solicitação formulada merecerá dessa Colenda Casa o necessário apoio e conseqüente aprovação, reitero a Vossa Excelência os meus protestos de elevado apreço e distinta consideração.

(a) JOSÉ RICHÁ

Governador do Estado

À Diretoria Legislativa.

MENSAGEM 05/86

Curitiba, 12 de fevereiro de 1986.

Senhor Presidente.

Tenho a honra de encaminhar a Vossa Excelência, para os fins constitucionais, as inclusas cópias autênticas dos convênios celebrados pelo Estado do Paraná, através da Secretaria da Cultura e do Esporte, com as partes, datas e objetivos conforme a seguir se menciona:

I - com o Município de Foz do Iguaçu, datado de 02 de junho de 1985, objetivando a implantação e execução do Projeto Recreio;

II - com o Município de Ponta Grossa, datado de 10 de agosto de 1985, visando a implantação e execução do Projeto Núcleos Poliesportivos;

III - com o Município de Londrina, datado de 15 de janeiro de 1985, objetivando a implantação e execução do Projeto Futuro;

IV - com o Município de Paranaíba, datado de 15 de setembro de 1985, visando a implantação e execução do Projeto de Polarização do Esporte;

V - com o Município de Uraí, datado de 15 de setembro de 1985, objetivando a implantação e execução do Projeto de Polarização de Esporte;

O interesse público na aprovação da medida ora submetida à apreciação dessa Augusta Casa, está expresso no próprio texto dos tratados.

Certo de que a solicitação formulada merecerá dessa Colenda Casa o necessário apoio e conseqüente aprovação, reitero a Vossa Excelência os meus protestos de elevado apreço e distinta consideração.

(a) JOSÉ RICHÁ

Governador do Estado

À Diretoria Legislativa.

MENSAGEM 06/86

Curitiba, 12 de fevereiro de 1986.

Senhor Presidente.

Tenho a honra de encaminhar a Vossa Excelência, para os fins constitucionais, a inclusa cópia autêntica do convênio celebrado em 17 de setembro de 1985, entre o

Curitiba, terça, em 04.03.86

Estado do Paraná, através da Secretaria da Cultura e do Esporte, com a interveniência do Museu Paranaense, e o Município de Curitiba, com a interveniência da URBS - Urbanização de Curitiba S/A e do IPPUC - Instituto de Pesquisa e Planejamento Urbano de Curitiba, visando o desenvolvimento de atividades de levantamento, cadastramento, prospecção e estudos de áreas de ocorrência de indícios arqueológicos históricos, no Parque Histórico de Curitiba-Vilinha, Município de Curitiba.

O interesse público na aprovação da medida ora submetida à apreciação dessa Augusta Casa, está expresso no próprio texto do tratado.

Certo de que a medida formulada merecerá dessa Colenda Casa o necessário apoio e conseqüente aprovação, reitero a Vossa Excelência os meus protestos de elevado apreço e distinta consideração.

(a) JOSÉ RICHÁ

Governador do Estado

À Diretoria Legislativa.

MENSAGEM 07/86

Curitiba, 12 de fevereiro de 1986.

Senhor Presidente.

Tenho a honra de encaminhar a Vossa Excelência, para os fins constitucionais, a inclusa cópia autêntica do convênio celebrado em 11 de novembro de 1985 pelo Estado do Paraná, através da Secretaria dos Transportes, com a interveniência do Departamento de Estradas de Rodagem, e a autarquia municipal Serviço de Pavimentação de Londrina, objetivando o recapeamento asfáltico e a execução de operação tapa buraco em vias da Municipalidade.

O interesse público na aprovação da medida ora submetida à apreciação dessa Colenda Casa, está expresso no próprio texto do tratado.

Certo de que a solicitação formulada merecerá dessa Colenda Casa o necessário apoio e conseqüente aprovação, reitero a Vossa Excelência os meus protestos de elevado apreço e distinta consideração.

(a) JOSÉ RICHÁ

Governador do Estado

À Diretoria Legislativa.

MENSAGEM 08/86

Curitiba, 12 de fevereiro de 1986.

Senhor Presidente.

Tenho a honra de encaminhar a Vossa Excelência, para os fins constitucionais, as inclusas cópias autênticas dos convênios celebrados entre o Estado do Paraná, através da Secretaria da Administração, com os Municípios e nas datas conforme a seguir se menciona, visando a transferência de recursos financeiros e de tecnologia do sistema construtivo de natureza alternativa solo-cimento.

Município	N.do Convênio	Data
Terra Roxa	001/85-SEAD	07.06.85
Ivaí	002/85-SEAD	07.06.85
Piraí do Sul	003/85-SEAD	07.06.85
Floraí	005/85-SEAD	12.07.85
Porto Amazonas	006/85-SEAD	17.09.85
Jussara	008/85-SEAD	17.09.85
Itambé	009/85-SEAD	17.09.85
Doutor Camargo	010/85-SEAD	17.09.85

O interesse público na aprovação da medida ora submetida à apreciação dessa Augusta Casa, está expresso no próprio texto dos tratados.

Certo de que a solicitação formulada merecerá dessa Colenda Casa o necessário apoio e conseqüente aprovação, reitero a Vossa Excelência os meus protestos de elevado apreço e distinta consideração.

(a) JOSÉ RICHA

Governador do Estado

À Diretoria Legislativa.

MENSAGEM 09/86

Curitiba, 12 de fevereiro de 1986.
Senhor Presidente.

Tenho a honra de encaminhar a Vossa Excelência, para os fins constitucionais, as inclusas cópias autênticas dos termos aditivos celebrados em 07.06.85, pelo Estado do Paraná, através da Secretaria da Administração, com os municípios a seguir mencionados, visando a complementação de recursos financeiros para a execução de obras com a utilização de tecnologia do sistema construtivo de natureza alternativa solo-cimento.

Aditivo

Município

Termo Aditivo 1º ao Convênio n. 003/84-SEAD	Faxinal
Termo Aditivo 1º ao Convênio n. 006/84-SEAD	Curitiba

O interesse público na aprovação da medida ora submetida à apreciação dessa Augusta Casa, está expresso no próprio texto dos tratados.

Certo de que a solicitação formulada merecerá dessa Colenda Casa o necessário apoio e conseqüente aprovação, reitero a Vossa Excelência os meus protestos de elevado apreço e distinta consideração.

(a) JOSÉ RICHA

Governador do Estado

À Diretoria Legislativa.

MENSAGEM 10/86

Curitiba, 12 de fevereiro de 1986.
Senhor Presidente.

Tenho a honra de encaminhar a Vossa Excelência, para os fins constitucionais,

a inclusa cópia autêntica do Convênio n. 0018/85 celebrado em 22 de novembro de 1985 entre o Estado do Paraná e o Ministério do Desenvolvimento Urbano e Meio Ambiente, objetivando a execução do Projeto de Implantação e Melhoria de Infra-estrutura de Áreas para a População de Baixa Renda na Região Metropolitana de Curitiba.

O interesse público na aprovação da medida ora submetida à apreciação dessa Augusta Casa, está expresso no próprio texto do tratado.

Certo de que a solicitação formulada merecerá dessa Colenda Casa o necessário apoio e conseqüente aprovação, reitero a Vossa Excelência os meus protestos de elevado apreço e distinta consideração.

(a) JOSÉ RICHA

Governador do Estado

À Diretoria Legislativa.

MENSAGEM 11/86

Curitiba, 12 de fevereiro de 1986.
Senhor Presidente.

Tenho a honra de encaminhar a Vossa Excelência, para os fins constitucionais, a inclusa cópia autêntica do convênio n. 122/85, celebrado em 09 de dezembro de 1985, entre o Estado do Paraná, através das Secretarias do Planejamento e dos Transportes e do Departamento de Estradas de Rodagem, e a Superintendência do Desenvolvimento da Região Sul - SUDESUL, objetivando a execução de obras destinadas à recomposição do sistema na área impactada pela formação do reservatório da Hidrelétrica de Itaipu.

O interesse público na aprovação da medida ora submetida à apreciação dessa Augusta Casa, está expresso no próprio texto do tratado.

Certo de que a solicitação formulada merecerá dessa Colenda Casa o necessário apoio e conseqüente aprovação, reitero a Vossa Excelência os meus protestos de elevado apreço e distinta consideração.

(a) JOSÉ RICHA

Governador do Estado

À Diretoria Legislativa.

MENSAGEM 12/86

Curitiba, 12 de fevereiro de 1986.
Senhor Presidente.

Tenho a honra de encaminhar a Vossa Excelência, para os devidos fins constitucionais, a inclusa cópia autêntica do Convênio/SAREM/N.063/85, celebrado em 02 de outubro de 1985, entre o Estado do Paraná e a União, por intermédio da Secretaria do Planejamento da Presidência da República e do Ministério da Ciência e Tecnologia, com a interveniência do Conselho Nacional de Desenvolvimento Científico e Tecnológico, com vistas à consolidação do Sistema Esta-

dual de Ciência e Tecnologia.

O interesse público na aprovação da medida ora submetida à apreciação dessa Augusta Casa, está expresso no próprio texto do tratado.

Certo de que a solicitação formulada merecerá dessa Colenda Casa o necessário apoio e conseqüente aprovação, reitero a Vossa Excelência os meus protestos de elevado apreço e distinta consideração.

(a) JOSÉ RICHA

Governador do Estado

À Diretoria Legislativa.

MENSAGEM 13/86

Curitiba, 12 de fevereiro de 1986.

Senhor Presidente.

Tenho a honra de encaminhar a Vossa Excelência, para os fins constitucionais, a inclusa cópia autêntica do convênio n. 114/85, celebrado em 06 de novembro de 1985 entre o Estado do Paraná, através da Secretaria do Planejamento, e a Superintendência do Desenvolvimento da Região Sul-SUDESUL, com vistas à elaboração de metodologia e execução da avaliação de eficácia do Projeto das Cidades de Pequeno Porte do Estado do Paraná.

O interesse público na aprovação da medida ora submetida à apreciação dessa Augusta Casa, está expresso no próprio texto do tratado.

Certo de que a solicitação formulada merecerá dessa Colenda Casa o necessário apoio e conseqüente aprovação, reitero a Vossa Excelência os meus protestos de elevado apreço e distinta consideração.

(a) JOSÉ RICHA

Governador do Estado

À Diretoria Legislativa.

MENSAGEM 14/86

Curitiba, 12 de fevereiro de 1986.

Senhor Presidente.

Tenho a honra de encaminhar a Vossa Excelência, para os fins constitucionais, as inclusas cópias autênticas dos convênios celebrados em 30 de dezembro de 1985 entre o Estado do Paraná, através da Secretaria do Interior e da Superintendência do Controle da Erosão no Paraná - SUCEPAR, com as partes e objetivos conforme a seguir se menciona:

I - com o Município de Alto Piquiri, visando a confecção e o fornecimento pelo Estado, através da SUCEPAR, de 1200 tubos de concreto a serem utilizados em obras destinadas ao controle da erosão na Municipalidade;

II - com o Município de Arapongas, visando a confecção e o fornecimento pelo Estado, através da SUCEPAR, de 2800 tubos de concreto a serem uti-

Curitiba, terça, em 04.03.86

lizados em obras destinadas ao controle da erosão, na Municipalidade.

O interesse público na aprovação da medida ora submetida à apreciação dessa Augusta Casa, está expresso no próprio texto dos tratados.

Certo de que a solicitação formulada merecerá dessa Colenda Casa o necessário apoio e conseqüente aprovação, reitero a Vossa Excelência os meus protestos de elevado apreço e distinta consideração.

(a) JOSÉ RICHA

Governador do Estado

À Diretoria Legislativa.

MENSAGEM 15/86

Curitiba, 12 de fevereiro de 1986.

Senhor Presidente.

Tenho a honra de encaminhar a Vossa Excelência, para os fins constitucionais, as inclusas cópias autênticas dos convênios celebrados em 10 de dezembro de 1985, entre o Estado do Paraná, através da Secretaria do Planejamento e os Municípios adiante apontados, objetivando a aplicação de recursos financeiros do Programa de Mobilização Energética-PME/PR-Programa de Investimentos em Transportes Urbanos.

N. do Convênio	Município
37/85	Piraquara
38/85	Campo Largo
44/85	Balsa Nova

O interesse público na aprovação da medida ora submetida à apreciação dessa Augusta Casa, está expresso no próprio texto dos trabalhos.

Certo de que a solicitação formulada merecerá dessa Colenda Casa o necessário apoio e conseqüente aprovação, reitero a Vossa Excelência os meus protestos de elevado apreço e distinta consideração.

(a) JOSÉ RICHA

Governador do Estado

À Diretoria Legislativa.

MENSAGEM 16/86

Curitiba, 12 de fevereiro de 1986.

Senhor Presidente.

Tenho a honra de encaminhar a Vossa Excelência, para os fins constitucionais, cópia autêntica do Convênio DEPEN n. 34/85 celebrado em 23 de dezembro de 1985 entre o Estado do Paraná e o Ministério da Justiça, visando a melhoria e modernização dos serviços de segurança pública através da aquisição de veículos e equipamentos para as polícias militar e civil.

O interesse público na aprovação da medida ora submetida à apreciação dessa Augusta Casa, está expresso no próprio texto do tratado.

Certo de que a solicitação formulada merecerá dessa Colenda Casa o necessário apoio e conseqüente aprovação, reitero a Vossa Excelência os meus protestos de elevado apreço e distinta consideração.

(a) JOSÉ RICHA

Governador do Estado

À Diretoria Legislativa.

MENSAGEM 17/86

Curitiba, 12 de fevereiro de 1986.
Senhor Presidente.

Tenho a honra de encaminhar a Vossa Excelência, para os fins constitucionais, as inclusas cópias autênticas dos convênios celebrados pelo Estado do Paraná, através da Empresa Paranaense de Turismo, com os Municípios e nas datas conforme a seguir se menciona, visando a implantação de áreas de lazer e dos equipamentos básicos para o seu funcionamento nas municipalidades.

Município	Data
Ibiporã	06.07.85.
Londrina	07.07.85.
Santa Terezinha do Itaipu	23.07.85.
Jaguariaíva	03.10.85.
Tomazina	09.10.85.

O interesse público na aprovação da medida ora submetida à apreciação dessa Augusta Casa, está expresso no próprio texto dos tratados.

Certo de que a solicitação formulada merecerá dessa Colenda Casa o necessário apoio e conseqüente aprovação, reitero a Vossa Excelência os meus protestos de elevado apreço e distinta consideração.

(a) JOSÉ RICHA

Governador do Estado

À Diretoria Legislativa.

MENSAGEM 18/86

Curitiba, 12 de fevereiro de 1986.
Senhor Presidente.

Tenho a honra de encaminhar a Vossa Excelência, para os fins constitucionais, as inclusas cópias autênticas dos convênios celebrados pelo Estado do Paraná, através da Secretaria da Segurança Pública, com a interveniência do Departamento de Trânsito - DETRAN, e a Empresa de Obras Públicas do Paraná - EMOPAR com as partes e datas conforme a seguir se menciona, visando a construção de prédios destinados a abrigar as sedes das Circunscrições Regionais de Trânsito - CIRETRANS.

Município	Data
Loanda	05.07.85.
Apucarana	02.08.85.
Jacarezinho	05.08.85.

Nova Lôndrina	06.08.85.
Astorga	12.08.85.
Arapongas	13.08.85.
Ibiporã	03.09.85.
Sertãoópolis	12.09.85.
Capanema	03.10.85.
Bela Vista do Paraíso	06.10.85.
Marechal Cândido Rondon	08.10.85.
Ibaiti	12.10.85.

O interesse público na aprovação da medida ora submetida à apreciação dessa Augusta Casa, está expresso no próprio texto dos tratados.

Certo de que a solicitação formulada merecerá dessa Colenda Casa o necessário apoio e conseqüente aprovação, reitero a Vossa Excelência os meus protestos de elevado apreço e distinta consideração.

(a) JOSÉ RICHA

Governador do Estado

À Diretoria Legislativa.

MENSAGEM 19/86

Curitiba, 12 de fevereiro de 1986.
Senhor Presidente.

Tenho a honra de encaminhar a Vossa Excelência, para os fins constitucionais, a inclusa cópia autêntica do termo aditivo datado de 20.11.84, ao convênio 435/84, celebrado em 13 de agosto de 1985 entre o Estado do Paraná, através da Secretaria de Segurança Pública, a Empresa de Obras Públicas do Paraná - EMOPAR e o Município de Barracão, com vistas à prorrogar o prazo de vigência e a alterar o valor do ajuste originário.

O interesse público na aprovação da medida ora submetida à apreciação dessa Augusta Casa, está expresso no próprio texto do tratado.

Certo de que a solicitação formulada merecerá dessa Colenda Casa o necessário apoio e conseqüente aprovação, reitero a Vossa Excelência os meus protestos de elevado apreço e distinta consideração.

(a) JOSÉ RICHA

Governador do Estado

À Diretoria Legislativa.

MENSAGEM 20/86.

Curitiba, 12 de fevereiro de 1986.
Senhor Presidente.

Tenho a honra de encaminhar a Vossa Excelência, para os fins constitucionais, as inclusas cópias autênticas dos convênios celebrados entre o Estado do Paraná, através da Secretaria da Segurança Pública, e a Empresa de Obras Públicas do Paraná - EMOPAR, com as partes, datas e objetivos conforme a seguir se menciona:

I - com o Município de Umuarama, datado de 20 de agosto de 1985, com vistas à construção do solário da 7ª

II - com o Município de Pato Branco, datado de 16 de setembro de 1985, com vistas à construção de prédio destinado a abrigar a sede do 3.º Batalhão Policial Militar.

O interesse público na aprovação da medida ora submetida à apreciação dessa Augusta Casa, está expresso no próprio texto dos tratados.

Certo de que a solicitação formulada merecerá dessa Colenda Casa o necessário apoio e conseqüente aprovação, reitero a Vossa Excelência os meus protestos de elevado apreço e distinta consideração.

(a) JOSÉ ROCHA

Governador do Estado

À Diretoria Legislativa.

MENSAGEM N. 21/86

Curitiba, 18 de fevereiro de 1986.

Senhor Presidente.

Tenho a honra de encaminhar a Vossa Excelência, para os fins constitucionais, o incluso anteprojeto de lei que objetiva autorizar o Poder Executivo a doar ao Município de Cruzeiro do Sul as datas de terras n. 1 e 2, da quadra n. 9, situadas na sede do referido Município e registradas sob n. R.002/2.343 e 002/2.344, no Cartório de Registro de Imóveis da Comarca de Paranaity.

O Plano de Lei ora submetido a exame dessa Augusta Casa de Leis consulta plenamente aos superiores interesses da Administração e da Comunidade, eis que, conforme prestadas pelo Senhor Prefeito de Cruzeiro do Sul, em expediente que me foi submetido, aquela Municipalidade pretende utilizar as referidas datas do terreno na execução de obras comunitárias.

Certo de que a proposição formulada merecerá dessa Colenda Casa o necessário apoio e conseqüente aprovação, reitero a Vossa Excelência os meus protestos de elevado apreço e distinta consideração.

(a) JOSÉ RICHIA

Governador do Estado

ANTEPROJETO DE LEI

Art. 1.º - Fica o Poder Executivo autorizado a doar ao Município de Cruzeiro do Sul as datas de terras n. 1 e 2, da quadra n. 9, situadas na cidade de mesmo nome, que se encontram registradas sob n. R.002/2.343 e R.002/2.344, respectivamente, do Cartório de Registro de Imóveis da Comarca de Paranaity.

Art. 2.º - Esta lei entrará em vigor a data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

À Diretoria Legislativa.

Senhor Presidente.

Tenho a honra de encaminhar a Vossa Excelência, para os fins constitucionais, a inclusa cópia utêntica do Convênio SES/MTB n. 60/85, celebrado em 18 de novembro de 1985, entre a União, através dos Ministérios do Planejamento e do Trabalho e o Estado do Paraná, através da Secretaria Extraordinária do Trabalho e Assuntos Comunitários, visando manter intercâmbio financeiro para desenvolvimento de projetos de criação Emprego e Renda a Cargo dos Estados e Municípios.

O interesse público na aprovação da medida ora submetida à apreciação dessa Augusta Casa, está expresso no próprio texto do tratado.

Certo de que a solicitação formulada merecerá dessa Colenda Casa o necessário apoio e conseqüente aprovação, reitero a Vossa Excelência os meus protestos de elevado apreço e distinta consideração.

(a) JOSÉ RICHIA

Governador do Estado.

À Diretoria Legislativa.

MENSAGEM N. 23/86

Curitiba, em 1.º de março de 1986.

Senhor Presidente.

De conformidade com o preceito contido no art. 47, inciso I, da Constituição Estadual, tenho a honra de submeter à elevada apreciação dessa Augusta Assembléia Legislativa a inclusa proposta de Projeto de Lei que objetiva, na forma prevista pelo art. 23, § 9.º, inciso II, da Constituição da República, adotar critérios de participação dos municípios na arrecadação do Imposto sobre Operações Relativas à Circulação de Mercadorias.

Visa o projeto de lei, ora encaminhado, a correção de distorções na atribuição das parcelas de ICM aos Municípios, hoje fundada tão somente na apuração do valor adicionado, para, regulando um quarto (25%) dessa receita municipal, levar também em consideração os seguintes fatores; "número de habitantes" que, em razão de considerar-se o ser humano não só como agente mas também como beneficiário do Poder, reflete a própria demanda de obras e serviços públicos a serem atendidos pelos governos municipais; "número de propriedades rurais cadastradas no município", fator que reflete a preocupação de dotar de melhores recursos àquelas comunidades ainda não atingidas pelo concentracionismo das grandes propriedades agro-pecuárias, estimulando os municípios a manter uma política de manutenção e até mesmo de reconquista de um maior número de

propriedades rurais, para uma melhor fixação e utilização da mão de obra do campo, deixando de lado a tendência para a mecanização de grandes áreas de terras com a dispensa do trabalho braçal que busca, de conseqüência, os centros urbanos, gerando problemas cada vez mais graves a serem aí resolvidos. Além da busca de reversão do fenômeno migratório do sentido campo-cidade, é evidente também a necessidade mais acentuada de recursos do município com maior número de propriedades rurais face ao aumento de demanda na prestação de serviços públicos, tais como abertura e conservação de vias de comunicação; "área dos municípios", outro fator balizador, porque é preciso verificar-se a necessidade de recursos a serem carreados para municípios que, tendo expressiva extensão territorial, enfrentam problemas decorrentes da existência de áreas de expansão e de preservação ecológica.

A doação de um "percentual fixo" de participação, em igualdade de condições para todos os Municípios, garante que haja um mínimo de recursos indispensável àqueles que deles precisam para manter seus compromissos essenciais e para obter, ao menos, um impulso inicial de desenvolvimento.

Para que não haja maiores desvantagens em relação àquelas municipalidades que terão diminuída a sua participação no ICM, o projeto de lei, ora encaminhado, prevê que o Estado assuma o compromisso de reportá-las, até que venha o Poder Constituinte a redefinir a questão tributária, parte das diferenças que eventualmente ocorrerem.

Para compensar, no atual exercício financeiro, diferenças a menor decorrentes da não aplicação dos critérios propostos no art. 1.º do anteprojeto ora encaminhado, em razão da fixação já existente de índices para esse período, na forma prevista pelo Decreto-Lei n. 1.216/72, ficou estabelecida a regra do art. 3.º da Proposição, prevendo auxílio financeiro aos municípios com essa desvantagem.

O interesse público na aprovação da medida ora submetida à apreciação dessa Augusta Casa, está expresso no próprio texto do Anteprojeto em anexo, cujos estudos buscaram inspiração na Proposta de Emenda Constitucional de autoria de Vossa Excelência e subscrição de expressivo número de seus ilustres pares, pela qual pretendeu-se, por acréscimo, um parágrafo único ao art. 122 da Constituição Estadual.

Certo de que a medida proposta merecerá dessa Colenda Casa o necessário apoio e conseqüente aprovação, reitero a Vossa Excelência os meus protestos de estima e consideração.

(a) JOSÉ RICHA
Governador do Estado

PROJETO DE LEI N. 5/86

Art. 1.º - Para efeito da fixação dos índices de participação dos Municípios no produto da arrecadação do Imposto sobre Operações Relativas à Circulação de Mercadorias (ICM), a partir do exercício financeiro de 1987, serão observados os seguintes critérios:

a) Oitenta e sete por cento (87%), considerado o valor adicionado nas operações relativas à circulação de mercadorias realizadas em cada município e em relação ao valor total adicionado do Estado, apurados segundo o disposto no Decreto-Lei n. 1.216, de 9 de maio de 1972;

b) Sete por cento (7%), considerado o número de habitantes do município em relação ao do Estado, segundo dados fornecidos pelo último censo oficial do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística - IBGE;

c) Três por cento (3%), considerado o número de propriedades rurais cadastradas no município em relação ao número das cadastradas no Estado, segundo dados atualizados fornecidos pelo Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária - INCRA;

d) Dois por cento (2%), considerada a área territorial do Município em relação à do Estado, em metros quadrados, conforme registros atualizados do Instituto de Terras, Cartografias e Florestas - ITCF, do Paraná;

e) Um por cento (1%) como fator de distribuição igualitária a todos os Municípios.

Art. 2.º - O Estado fará a reposição de cinquenta por cento (50%) de eventuais diferenças a menor havidas, nos exercícios de 1987 e subseqüentes, entre os índices obtidos por estimativa baseada exclusivamente no critério do valor adicionado e aquele decorrente da aplicação do art. 1.º desta Lei.

Parágrafo Único - As compensações financeiras referidas neste artigo, que incidirão sobre o valor quinzenal creditado aos Municípios e terão liberação na mesma época desse crédito, não serão devidas a partir da implantação da futura reforma tributária constitucional.

Art. 3.º - Fica o Poder Executivo autorizado a abrir créditos adicionais até o valor de Cr\$ 100.000.000.000 (cem bilhões de cruzeiros), utilizando como cobertura quaisquer das formas previstas no art. 43, § 1.º, da Lei Federal n. 4.320 de 17 de março de 1964, para conceder auxílio financeiro aos municípios, até o valor referido, com o fim de compensar diferenças a menor decorrentes da não aplicação, no

exercício financeiro de 1986, dos critérios adotados pelo art. 1.º desta Lei.

Art. 4.º - Os índices e as diferenças referidas, respectivamente, nos artigos 1.º, 2.º e 3.º desta Lei, serão fixados na forma estabelecida por Decreto do Governador do Estado, obedecidos os prazos e procedimentos do Decreto-Lei n. 1.216/72.

Art. 5.º - Esta Lei entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

À Diretoria Legislativa.

MENSAGEM N. 24/86
Curitiba, 1.º de março de 1986.

Senhor Presidente.

Tenho a honra de encaminhar a Vossa Excelência, para os fins constitucionais, o incluso anteprojeto de Lei que objetiva autorizar o Poder Executivo a proceder a permuta do lote de terreno sob n. 3, destacado do lote n. 186-X, com área de 22.872,00 m², havido pelo Estado conforme Transcrição n. 3.033, do Livro 3-B, do Cartório do 2.º Ofício de Registro de Imóveis da Comarca de Arapongas, pelo lote de terras de propriedade da MOVAL - Móveis Arapongas Ltda., sob n. 186 - ABCD/187-A-2 com área de 30.067,00 m², objeto do Registro R.1/6.768, do mencionado Cartório de Registro de Imóveis.

O Plano de Lei ora submetido a essa Augusta Assembléia Legislativa foi precedido de critérios estudados em volumoso processo que, protocolado na Casa Civil desta Governadoria, tomou o número 04124/82. Em tal processado, que se compõe de mais de duas centenas de laudas, com farta documentação, inclusive diversos pareceres, consta às fls. 199 e seguintes como peça de fundamental significado, laudo de avaliação dos questionados imóveis, realizada por comissão designada pela Resolução n. 4822/84, do Senhor Secretário de Estado da Administração. O citado laudo, firmado pelos Engenheiros Egon Harold Ferenz, Fernando P. Mauffal e Angelo Augusto Zani, atribui ao imóvel de propriedade do Estado o valor de Cr\$ 297.336.000 (duzentos e noventa e sete milhões, trezentos e trinta e seis mil cruzeiros), e ao de propriedade da Moval, o valor de Cr\$ 300.670.000 (trezentos milhões, seiscentos e setenta mil cruzeiros).

No imóvel do Estado encontra-se instalado o Núcleo Regional da Superintendência do Controle da Erosão no Paraná - SUCEPAR e, por isso, caso a permuta em questão se realize, a Móveis Arapongas Ltda., conforme dispositivo expressamente contido no anexo anteprojeto de lei e a constar da respectiva escritura, assumirá a obrigação de construir e replantar, na área que o Estado receber, novas instalações para o referido Núcleo Regional da SUCEPAR.

Por fim, vale ressaltar que o interesse público na medida é devido ao fato da Moval, após a efetivação da pretendida permuta vir a ter as condições de que necessita para ampliar sensivelmente sua capacidade de produção, gerando mais empregos, melhores níveis de arrecadação de tributos e, com isso, incentivar o progresso da região. Ademais, nessa operação o Estado ficará com a propriedade do imóvel de maior área e valor mais elevado, conforme o laudo de avaliação antes mencionado, e, ainda com o direito à construção nele de uma nova sede para a SUCEPAR.

Certo de que a medida proposta merecerá dessa Colenda Casa o necessário apoio e conseqüente aprovação, reitero a Vossa Excelência os meus protestos de elevado apreço e distinta consideração.

(a) JOSÉ RICHA
Governador do Estado

ANTEPROJETO DE LEI

Art. 1.º - Fica o Poder Executivo autorizado a permutar o lote de terras n. 3, destacado do lote n. 186-X, com área de 22.872,00 m², de propriedade do Estado do Paraná conforme transcrição n. 3.033, livro 3.B, do Cartório do 2.º Ofício de Registro de Imóveis da Comarca de Arapongas, pelo lote de terras n. 186 - ABCD/187-A-2, com área de 30.067,00 m², de propriedade da MOVAL - Móveis Arapongas Ltda., conforme registro n. R. 1/6.768, livro 2, do mesmo Ofício de Registro de Imóveis.

Parágrafo Único - Os imóveis de que trata este artigo estão situados na sede do Município de Arapongas e na escritura pública que vier a ser lavrada em decorrência desta Lei, deverá constar condição resolutiva no sentido de que a Móveis Arapongas Ltda., construa e replante na área que o Estado receber na permuta, a unidade industrial e demais obras do Núcleo Regional da SUCEPAR, naquele Município, conforme especificações e compromissos constantes do protocolado sob n. 04124/82 - Casa Civil.

Art. 2.º - Esta lei entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.
À Diretoria Legislativa.

Ofícios:

Sob os n. DTL/52, 54, 55, 58, 59, 60, 61, 62, 63, 64, 65, 66, 67, 72, 73, 74, 75, 76, 77, 78, 79, 80 e 81/86, do Senhor Governador do Estado, comunicando haver SANÇIONADO os Projetos de Lei n. 244, 192 e 174/85; 384/84; 96, 268, 225 e 168/85; 241/84; 115, 136, 196, 176 e 171/85; 245/84; 203, 201, 122, 118, 233, 237. 172 e 152/85, os quais convertidos em Lei to-

maram os n. 8.280, 8.270, 8.255, 8.252, 8.251, 8.256, 8.257, 8.258, 8.259, 8.260, 8.261, 8.262, 8.263, 8.269, 8.271, 8.272, 8.273, 8.274, 8.275, 8.276, 8.278, 8.277 e 8.264, respectivamente. Anote-se, archive-se.

Sob os n. DTL/42, 43, 44, 45, 46, 47, 48, 49, 50 e 71/86, do Senhor Governador do Estado, comunicando haver SANCIONADO os Projetos de Lei n. 270, 210, 186, 220, 154, 199, 198, 200, 230, 274/85, os quais convertidos em Lei tomaram os n. 8.237, 8.238, 8.239, 8.240, 8.241, 8.242, 8.243, 8.244, 8.246 e 8.268, respectivamente. Anote-se, archive-se.

Requerimentos:

REQUERIMENTO

Senhor Presidente.

O Deputado que o presente subscreve, no uso e suas atribuições regimentais, REQUER, ouvido o Plenário, seja consignado nos Anais da presente sessão, um voto de profundo pesar pelo passamento do Senhor João Tavares, ocorrido na cidade de São Pedro do Ivaí.

O Senhor João Tavares era um dos grandes pioneiros da região do vale do Ivaí, fixando residência na cidade de São Pedro do Ivaí, trabalhando no comércio por vários anos, sempre ajudando para o crescimento daquela profícua região.

Faleceu aos 72 anos de idade, deixando viúva a Senhora Disolina Secco Tavares e 8 filhos, dentre eles o Vereador Anésio Tavares.

Sua morte veio a consternar toda a cidade de São Pedro do Ivaí e região, entristecidos pela perda de tão irreparável figura humana.

Requer, outrossim, que do pronunciamento esta Casa, se dê ciência à família enlutada.

Sala das Sessões, em 04 de março de 1986.

(a) GILBERTO CARVALHO

REQUERIMENTO

Senhor Presidente.

REQUEIRO à Mesa, ouvido o Plenário, seja inserto nos Anais da Sessão de hoje, um voto de profundo pesar pelo falecimento da SENHORA MARIA GAVA GUSSO, ocorrido na data de hoje.

Sala das Sessões, em 04 de março de 1986.

(a) DONATO GULIN

REQUERIMENTO

Senhor Presidente.

REQUEIRO à Mesa, ouvido o Plenário, seja inserto nos Anais da Sessão Plenária de hoje, um voto de profundo pesar pelo falecimento do SENHOR ANTÔNIO FERRO SILVA, ocorrido na data de hoje.

Sala das Sessões, em 04 de março de 1986.

(a) DONATO GULIN

REQUERIMENTO

Senhor Presidente.

O Parlamentar que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER, após ouvido o Plenário, o envio de congratulações ao Prefeito Municipal de Marechal Cândido Rondon, pela presença de espírito e pronto apoio ao Governo Federal nas medidas tomadas para a estabilização econômica.

Sala das Sessões, em 04 de março de 1986.

(a) GERNOTE KIRINUS

JUSTIFICATIVA:

Dia 28 último, a Municipalidade de Marechal Cândido Rondon, já contava com uma Comissão de Defesa do Consumidor e controladora das Medidas de Congelamento. O dinamismo do Prefeito Ilmar Priesnitz, na pronta criação da Comissão serviu para que a medida fosse implantada dentro da ordem e respeito.

O acatamento da medida por parte da população rondonense se deu sem maiores traumatismos para a Classe Comerciante que durante todos estes dias procuravam se orientar junto às autoridades intermediadas pela Prefeitura Municipal.

As patrulhas fiscalizadoras e apoiados pela população se fizeram presentes junto aos mercados inibindo qualquer ação lesiva à determinação Presidencial.

REQUERIMENTO

Senhor Presidente.

O Deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER, após ouvido o douto Plenário, seja consignado VOTO DE CONGRATULAÇÕES pela passagem do primeiro aniversário da fábrica PISA - Papel de Imprensa S/A., instalada no Município Paranaense de Jaguariaíva no dia 05 de março de 1985, dando-se ciência da aprovação do presente ao seu Diretor Presidente, Doutor Luiz Vieira de Carvalho Mesquita e demais membros da sua Administração.

Sala das Sessões, em 04 de março de 1986.

(a) DJALMA DE ALMEIDA CÉSAR

JUSTIFICATIVA:

A fábrica PISA - Papel de Imprensa S/A., foi inaugurada no dia 05 de março de 1985, num parque industrial de 60.000 m², estando servida por 30.000 ha. de florestas situados no sul de São Paulo e norte do Paraná.

Projetada para se constituir na maior fábrica de papel da América Latina, a PISA - Papel de Imprensa S/A., no seu primeiro ano de atividades, aplicou cerca de 170 milhões de dólares para desenvolver suas

operações, gerando 1.400 empregos diretos e outros 3.000 na área florestal.

A sua produção já atinge a meta inicialmente prevista de 115.000 t/ano de papel de imprensa, equivalendo a quase metade do consumo do Brasil.

Dada sua avançada tecnologia empregada, a empresa, que prestigia profissionais formados em nossas faculdades, fabrica um produto de excelente qualidade, equiparando-se aos melhores do mundo.

A região paranaense de Jaguariaíva lhe fornece toda a matéria-prima e insumos necessários, os quais são transformados em papel de imprensa da melhor qualidade em modernos equipamentos, sendo que a maioria deles de fabricação nacional.

Tendo na eficiência a sua principal preocupação quando implantou o projeto sob a liderança dos jornais "O Estado de São Paulo" e "Jornal do Brasil", além de uma empresa florestal, a "Plantar S/A.", outros investidores e acionistas prestigiarão a iniciativa, tais como o BNDES, sua subsidiária BNDESPAR, a Corporação Financeira Internacional (IFC), subsidiária do Banco Mundial, o Bamerindus, a Sul América de Seguros, Brasilpar e outros quatro jornais: "Zero Hora", "A Tribuna", "DCI" e "A Tarde", da Bahia.

Nas solenidades de inauguração daquela empresa, o Governador José Richa observou que "a mesma é um empreendimento da livre empresa, que contou com o apoio participativo do Governo".

Gerando mais empregos e economias de divisas, além de contribuir para a edição de vários jornais de grande circulação nacional, a PISA, neste seu primeiro ano de atividades em nosso Estado vem contribuindo de forma expressiva para o seu desenvolvimento industrial.

O fato é, portanto, digno de se registrar nos Anais desta Casa.

REQUERIMENTO

Senhor Presidente.

O Deputado que este subscreve, REQUER, depois de ouvido o Plenário, o envio de votos de congratulações aos trabalhadores na construção civil de Londrina, por intermédio do Senhor Edson Ferreira de Lima, Presidente do Sindicato dos Trabalhadores na Construção Civil.

Sala das Sessões, em 04 de março de 1985.

(a) MÁRCIO ALMEIDA

JUSTIFICATIVA:

Pela correta condução do recente movimento grevista da categoria, que paralisou a quase totalidade dos seus integrantes, em torno das justas reivindicações salariais.

REQUERIMENTO

Senhor Presidente.

O Deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER, após ouvido o Plenário, a consignação em ata da presente sessão, de voto de aplauso e manifestações de regozijo atribuídos a Sua Excelência o Presidente da República, José Sarney, pela adoção da reforma monetária no País, cujos reflexos não se restringem apenas na desindexação econômica, mas seguramente num ato de alto alcance social e numa esperança de todo o povo brasileiro.

Desta decisão, REQUER ainda, o encaminhamento de expediente à Presidência da República para ciência.

Sala das Sessões, em 04 de março de 1986.

(a) ODENI MONGRUEL

REQUERIMENTO

Senhor Presidente.

O Deputado que este subscreve, REQUER, depois de ouvido o Plenário, o envio de expediente ao Excelentíssimo Senhor Ministro da Justiça, solicitando providências com vistas ao desbaratamento de quadrilhas especializadas na aplicação de golpes com a venda de carnês beneficentes, pecúlios ou montepio, com assistência médica e aposentadoria.

Sala das Sessões, em 04 de março de 1986.

(a) MÁRCIO ALMEIDA

JUSTIFICATIVA:

Anexamos ao presente requerimento uma série de denúncias publicadas no jornal "Folha de Londrina", e um exemplar do carnê utilizado para a aplicação do referido golpe.

FOLHA DE LONDRINA
29/11/85

GOLPE DO CARNÊ

Todos nós certamente já tivemos notícia dos vários tipos de golpes aplicados por aí, aproveitando-se da boa fé legítima de pessoas em busca de trabalho. São anúncios de "Mande seu endereço ...", "Fique rico", "Ótima chance", "Trabalhe só três horas por dia" etc.

Aqui em Londrina temos uma tal "Intervendas", que oferece sistemática e periodicamente trabalho utilizando-se deste engodo:

"Ambos os sexos, não precisa ter experiência, serviço de escritório, das 18h30m às 21h30m". A pessoa lá chegando, e tive o cuidado de verificar isto com cuidado, através de diversas pessoas ludibriadas pela falsa proposta, e depara-se com mais alguns atos preparatórios do golpe: um falso "curso" que a pessoa teria que fazer, promessa de vir a ganhar até 3 salá-

rios mínimos por mês, e a assinatura de um termo de compromisso com o fito de assustar os que tentarem desistir posteriormente. Resumindo o final da história, o que na verdade o candidato terá que fazer é vender carnês (do tipo pecúlio montepio) para ser admitido ao emprego. Os carnês vão sendo entregues paulatinamente (primeiro um único, depois três, e assim por diante) fazendo crer à vítima que se ela não os vender, ou se quem comprar não fizer os pagamentos mensais devidos, ela, a pessoa que o vender, será responsabilizada. Em suma, a pessoa procura vender para amigos e parentes, para não correr riscos com inadimplência, e dá graças a Deus quando os chefes da quadrilha lhe comunicam que ela pode enfim, "desistir" do emprego e conseqüentemente das vendas de carnês. Isto após ditos marginais traves-tidos de "empresa de vendas" terem se lócupletado indevidamente com o trabalho semigratuito da vítima, fraudando ainda a legislação trabalhista e a Previdência Social.

Estou encaminhando cópias desta à Delegacia do Trabalho, à Fiscalização do IAPAS, à Prefeitura (que afinal dá Alvará para funcionamento), e à Delegacia de Polícia, com maiores detalhes e com relação de algumas pessoas lesadas, e de testemunhas que tiveram conhecimento "in loco" do caso destas pessoas.

JOSÉ ROBERTO SAPATEIRO- Londrina

"GOLPE DO CARNÊ"

01.12.85

Lendo a seção de cartas de 29.11.85, deparei com uma denúncia intitulada "Golpe do Carnê", feita pelo Senhor José Roberto Sapateiro, a qual me deu incentivo para escrever a pesente avalisando tudo que o Senhor José Roberto ali declarou.

Realmente esta "Intervendas" é uma arapuca que vem lesando os londrinenses já há algum tempo, principalmente os desempregados. Eles (Intervendas) publicam anúncio na Imprensa (toda semana), pedindo pessoas para trabalhar em escritório, só que é pura enganação. O esquema usado por eles é o seguinte:

A pessoa lá chegando, passa por uma entrevista onde eles dizem que a função é para supervisor interno, mas como a pessoa não tem experiência, primeiro terá que passar por um estágio/curso, mas que é compensatório, porque após este estágio a pessoa vai ganhar mais de três salários. O estágio nada mais é que a venda de carnês. Cada venda efetuada vale pontos. Para passar pelo estágio, a pessoa tem que fazer um determinado número de pontos. Só que vão sempre aumentando esses pontos, até as pessoas desistirem. Como eles pegam mais

de vinte pessoas por semana para realizarem o estágio, alguns fazem todos os pontos determinados, mesmo tendo vendido para todos os parentes e até usado dinheiro do bolso para comprar os pontos. Esta pessoa sendo promovida não fica lá dentro acima de quinze dias, porque como "supervisor" não existe registro coisa alguma, muito menos salário. Para ganhar, vai ter que enganar os novos "candidatos" como foi enganado. Pode-se dizer um roubo organizado e o que é pior o plano que eles vendem como o nome de Grefam - Grêmio Beneficiente de Proteção à Família, não tem carta patente e nenhum registro em órgãos competentes.

Resumindo: A "Intervendas", que fica na Rua Souza Naves, 380, 1º andar, sala 14, utiliza um meio ilegal de vendas, e vende um plano duvidoso. Onde está o Ministério do Trabalho, a Polícia, a Receita Federal?

Termino a presente pedindo a todos que foram enganados (assim como eu) que se manifestem através da imprensa.

CARLOS DE OLIVEIRA- Londrina

EX-VENDEDOR
DENUNCIA "ARAPUCA"

26.01.86

Uma organização especializada em vendas de carnês de planos beneficentes para famílias e que opera em Londrina há cerca de quatro anos está sendo acusada agora de enganar e lesar vários dos seus associados por não cumprir os objetivos previstos nos talões. Neste período a organização que utiliza três nomes - LR Empreendimentos, Intervendas e Líder Promoções - mantém sede na cidade de São Paulo, criou três tipos de planos vendidos em datas diferentes. Além disso, a direção também foi acusada de iludir seus funcionários, principalmente os agentes de vendas, com a promessa de registro em carteira de trabalho e promoção interna.

A denúncia partiu de José Carlos de Oliveira- ex-vendedor que trabalhou um ano na empresa e agora registrou queixa na Polícia e na Receita Federal solicitando que os dois organismos investiguem as atividades do grupo, que segundo ele teve seu primeiro escritório aberto em Londrina, há quatro anos, na Sala 17 do Palácio do Comércio vendendo o Plano GB- Grêmio Beneficiente de Assistência Médica para Executivos.

Após um ano de funcionamento, o proprietário Loir Ribeiro que de acordo com José Carlos mora em São Paulo, transferiu a empresa para seu filho Loir Ribeiro Júnior, que mudou seu nome para Intervendas Sociedade Civil Ltda, passando a comercializar um novo plano o Grefam- Grêmio Bene-

ficente de Proteção à Família - em substituição ao Plano GB. A nova firma também começou a operar em outro endereço em Londrina, na Souza Naves, 380 sala 14.

OS MESMOS

No final de novembro do ano passado, de acordo com José Carlos, a Intervendas fechou seu escritório na cidade e não prestou contas com os funcionários, nem com os associados. No entanto, neste mês, ele tomou conhecimento, através de um anúncio de jornal, que determinada firma estava contratando vendedores de carnês de planos beneficentes.

Desconfiado, disse que foi ao local mencionado e verificou que as mesmas pessoas que gerenciaram as empresas de Loir Ribeiro e de seu filho, em Londrina, trabalhavam agora nesta outra, com nome de Líder Promoção, na Rua Mato Grosso, 923 A-sala 22. Diante desse fato, ele procurou a Receita Federal para saber se os planos eram válidos e a firma legal. "Me disseram que ela não tem estrutura para manter um plano beneficente e que o Loir Ribeiro nunca prestou declaração de renda. José Carlos também procurou a Polícia para que faça busca e apreensão na Líder Promoção.

PUBLICADO NO JORNAL "FOLHA DE LONDRINA"
EDIÇÃO 10.208, DO DIA 04.02.86.

GOLPE DO CARNÊ

No final do ano passado por este mesmo espaço da "Folha de Londrina", foram divulgadas várias denúncias contra uma empresa denominada "Intervendas S/C Ltda", que vendia um carnê chamado Grefam - Grêmio Beneficente de Proteção à Família.

Diante de tais denúncias, a referida empresa encerrou suas atividades em Londrina, ao que soubemos, fechando seu escritório e retirando a mobília durante a noite. Pois não é que para enorme surpresa nossa, em janeiro último, ao sabermos de uma tal Líder Promoções, que vendia o plano GBAM - Grêmio Beneficente de Assistência Médica, descobrimos tratar-se da mesma organização dirigida pelo mesmo grupo de pessoas. Foi então que resolvemos consultar a Delegacia da Receita Federal, a respeito das formalidades legais do referido carnê e obtivemos as seguintes informações: Nenhum destes carnês tem certificado de autorização ou qualquer tipo de registro nos órgãos competentes, não estando, portanto autorizados a serem comercializados, e mais, o tal Loir Ribeiro, diretor do plano, nem sequer apresenta regularmente declarações de Imposto de Renda, e no endereço citado da "sede" do plano não há qualquer tipo de estrutura que indique ca-

Curitiba, terça, em 04.03.86

pacidade para gerir um plano assistencial do tipo apregoado.

Na verdade, tudo isto faz parte de uma grande organização por eles mesmos chamadas "esquema de vendas", e, ao que sabemos já se utilizou de três diferentes carnês, quais sejam:

1. Plano GB - Grêmio Beneficente de Assistência Médica para Executivos, Rua Xavier de Toledo, 161- São Paulo- SP;
2. GREFAM - à Rua Alfredo Salvetti, 59 - São Roque -SP;
3. GBAM - à Rua Xavier de Toledo, 44, São Paulo-SP.

Para a venda desses planos são criadas em cada cidade empresas diferentes, às vezes com a utilização de empregados da organização como sócios (fictícios). Aqui em Londrina, já existiram três dessas Empresas: "LR Empreendimentos, que ficava no Edif. Palácio do Comércio, sala 72; Intervendas S/C Ltda, à Rua Souza Naves, 380, sala 14, e por último a Líder Promoções, à Rua Mato Grosso. 923 A- sala 22.

Portanto, dá para inferir que a organização se utilizava por determinado tempo de um tipo de carnê e de uma empresa de vendas, e, na medida que esse golpe ia se tornando muito "manjado", mudava de carnê e de empresa (e de endereço).

Somos um grupo de pessoas que foi ludibriado por este "esquema" e por isso queremos esclarecer mais dois pontos importantes:

- 1) O esquema de vendas é uma arapuca que funciona da seguinte maneira: ao invés de contratar vendedores normalmente, fazem publicar na imprensa anúncios pedindo moças e rapazes para serviços de escritório. É o princípio do engodo. Em lá chegando, o candidato passa por uma entrevista, onde lhe é dito que o cargo é de supervisor de vendas, mas que, primeiro, deverá se submeter a um estágio para ser aprovado. O estágio na verdade é a venda de carnês. É prometido ao candidato que, uma vez efetivado, seus vencimentos serão de pelo menos 3 salários mínimos mensais. São lhes dado para assinar vários papéis, inclusive uma declaração de responsabilidade, onde o candidato diz comprometer-se a não vender para parentes, não adquirir em seu próprio nome, e a não se utilizar de qualquer tipo de fraude que enseje estelionato. Com a promessa de bom ganho, muitos candidatos caem na armadilha, e quando algum, mais desconfiado, indaga a respeito do conteúdo dos documentos que está asinando, é lhe dito que são meras formalidades etc. O estágio (vendas) é medido por pontos. Cada carnê vendido vale um determinado número de pontos. De acordo com a cara do candidato, se perceberem que o indivíduo poderá vir a ser útil ao esquema, são exigidos mais ou menos pontos. Em suma, é quase im-

possível a qualquer candidato, fazer os pontos necessários à efetivação. Aí ocorre o pior. Alguns candidatos, com esperança no bom emprego, e incentivado com muito tato por algum empregado do "esquema", vendem para parentes, amigos e até mesmo recorrem à empréstimos e adquirem com seu próprio dinheiro, em nome de conhecidos ou fictícios, e pagam as taxas mensalmente. Quando algum empregado descobre que está sendo enganado e ameaça ir à Polícia ou à Imprensa, é ameaçado com os papéis que assinou. Eis o motivo da referida organização estar a tanto tempo na praça. Quando eventualmente um ou dois estagiários entre cem, é promovido a supervisor, tem sua maior surpresa na história: a função na verdade consiste em recrutar e enganar outros candidatos, da forma como o foi, e ainda não terá qualquer tipo de registro trabalhista ou salário fixo. Só comissões sobre as possíveis vendas de seus "subordinados". E mais a título de que ele trabalhará como profissional autônomo, lhe são providenciados alvará municipal e inscrição na Previdência Social. Quando o indivíduo se apercebe da situação em que está envolvido e seus débitos ficam se acumulando na Prefeitura e no IAPAS, ensejando até uma futura cobrança judicial.

Em muitas cidades o próprio Ministério do Trabalho impede que esta total fraude à legislação trabalhista seja consumada e a empresa encerra atividades em pouco tempo. Em Londrina, todavia, o órgão é totalmente inoperante.

2) Os diversos planos vendidos pelo "esquema" não tem diferença alguma no conteúdo, pois, sendo mera fachada, instrumento para o golpe só mudam de nome, de endereço e de alguns números (CGC etc). O Sr. Vitor Pereira de Oliveira adquiriu um plano GB IV (o maior), 3 anos atrás. Disseram-lhe que após 8 anos pagos ele se aposentaria com um valor de CR\$ 345.000 que à época correspondia a 20 salários mínimos. O que não lhe disseram é que referido valor é fixo. Assim, completados os 8 anos, sua "aposentadoria" será desse mesmo valor, que já hoje é pouco mais de meio salário mínimo. Daqui mais cinco anos essa importância não deverá ser suficiente para comprar um quilo de feijão. O Senhor Pedro Tinto de Souza pagou um plano GB por mais de 3 anos. Resolveu pedir cancelamento e, depois de muito trabalho, conseguiu reaver um valor que mal deu para comprar meio quilo de café. E as importâncias pagas, se avolumam. O Senhor Vitor, por exemplo, já pagou até hoje aproximadamente CR\$ 1.200.000.

Fazem parte ainda da "fachada" imposta aos referidos planos, alguns convênios com médicos, dentistas e advogados, para con-

cederem descontos aos adquirentes dos carnês. Certamente estes profissionais também acabam sendo prejudicados, quando a "empresa" deixa de existir.

O tal esquema de vendas é administrado pelo Senhor Loir Ribeiro que é também o diretor do GREFAM. Temos absoluta certeza que todos esses planos e empresas de vendas fazem parte do mesmo "esquema". A farsa toda pode ser detectada através de simples investigações, por que o grupo cria tantos planos diferentes? Citamos apenas os 3 últimos vendidos por eles, mas muitos outros já foram criados antes. Por que em cada cidade eles têm uma empresa diferente, sendo que em algumas são várias, sempre com nome e endereço diferentes? Por que vendem um plano por no máximo dois anos, passando então a outro, e se lhes indagam a respeito do anterior dizem desconhecer? Por que não contratam vendedores ao invés de enganarem sistematicamente pessoas à procura emprego com o falso "estágio"?

É alentador saber que esta arapuca, pelo menos em Londrina, está próxima do fim. Afinal, o Doutor Yamato Ayub Alves, Delegado da Receita Federal ao constatar a situação já dita no princípio desta, enviou ofício à Polícia, para busca e apreensão na sede da empresa, onde foram coletados alguns carnês e intimados os responsáveis a depor. Esperamos que as autoridades locais tenham meios de fazer com que semelhantes medidas sejam estendidas a todas as cidades onde eventualmente exista semelhante esquema.

Queremos fazer um protesto à Sub-Delegacia do Trabalho em Londrina, pois, fizemos inúmeras denúncias ali e nunca fomos atendidos.

(Assinam o documento, JOSÉ CARLOS DE OLIVEIRA e mais 10 Pessoas)- Londrina.

REQUERIMENTO

Senhor presidente.

O Deputado que abaixo subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER, após ouvido o Plenário, seja encaminhado expediente ao Excelentíssimo Senhor Jesus Sarrão- Secretário de Estado da Segurança Pública, solicitando a criação e instalação de uma corporação de bombeiros da Polícia Militar para Marechal Cândido Rondon.

Sala das Sessões, em 04 de março de 1986.

(a) WERNER WANDERER .

JUSTIFICATIVA:

Conforme proposição aprovada pela reunião plenária da CACIOPAR em data de 22 e 23 de novembro de 1985, na cidade de Paranaguá, a pedido da ACICAMAR - Associação Comercial e Industrial de Marechal Cândido Rondon, transcrevemos na íntegra a justi-

ficativa apresentada desta Associação.

Considerando, o desmatamento havido nas épocas idas em nosso Município, a existência de inúmeras benfeitorias em madeira, e o fácil acesso de fogo, principalmente em épocas de secas que ocorrem anualmente.

Considerando, que Marechal Cândido Rondon, possui mais de 700 empresas industriais, comerciais e prestadores de serviço, bem como, mais de 7.300 propriedades agrícolas que representam 20% da economia estadual, e no entanto não possui uma corporação de bombeiros à altura para que possa atender as necessidades, protegendo do fogo suas propriedades.

Considerando, que devido as planícies onde o vento adquire maior velocidade e a pouca existência de rios ou sangas que possam barrar o fogo, alastra-se fácil e rapidamente, proporcionando sempre elevados danos materiais nos estabelecimentos e propriedades, afetando diretamente a nossa economia e conseqüentemente, ao Estado.

Por isso contamos com o apoio dos nobres Pares na aprovação deste.

REQUERIMENTO

Senhor Presidente.

O Deputado, que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER, após ouvido o Plenário, seja encaminhado ao Senhor Secretário Chefe da Casa Civil do Governo do Estado do Paraná, o seguinte pedido de informação:

a) Qual o valor dos recursos do PRAN, repassados para o Município de MARILUZ durante o ano de 1985.

b) Qual o valor dos recursos, repassados pelo Governo do Paraná à Prefeitura de MARILUZ, afim de custear a formação de "FRENTE DE TRABALHO" durante o período de seca que assolou nosso Estado.

Sala das Sessões, em 04 de março de 1986.

(a) GILBERTO CARVALHO.

Projetos de Lei:

PROJETO DE LEI N. 15/86
A Assembléia Legislativa
do Estado do Paraná

D E C R E T A:

Art.1.º- Fica concedido o Título de Cidadão Honorário do Paraná ao Senhor SANSÃO JOSÉ LOUREIRO.

Art.2.º- Esta lei entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Sala das Sessões, em 04 de março de 1986.

(a) DJALMA DE ALMEIDA CÉSAR.

JUSTIFICATIVA:

SANSÃO JOSÉ LOUREIRO, nasceu em Uber-

Curitiba, terça, em 04.03.86

lândia, Estado de Minas Gerais, em 02 de junho de 1933.

Ainda muito jovem, transferiu residência para o Paraná, fixando-se social e profissionalmente em nosso Estado, onde constituiu família.

Formou-se em Direito em 1956 e em Ciências Econômicas em 1967, na Universidade Federal do Paraná, onde foi líder estudantil ocupando inclusive, em 1955, a Presidência do Centro Acadêmico Hugo Simas.

Ingressou na carreira da Magistratura, tendo sido Juiz Substituto e Juiz de Direito em diversas comarcas de nosso Estado e, posteriormente, exerceu as funções de Juiz Auditor Estadual e Juiz Eleitoral.

Simultaneamente, desenvolveu atividades na esfera do Magistério Superior, atuando como professor nas Universidades Federal e Católica do Paraná, nas disciplinas de Instituições do Direito Público e Direito Constitucional. Foi ainda, Diretor da Faculdade de Direito da Pontifícia Universidade Católica do Paraná, e Coordenador do Curso de Direito na Universidade Federal do Paraná.

Homem de elevada formação cultural, possui inúmeros trabalhos publicados e diversas participações como expositor em Congressos nacionais e internacionais.

Mestre e educador exemplar, jurista de notáveis conhecimentos, mormente no campo do Direito Constitucional, pretendemos ao propugnar a outorga do Título de Cidadão Honorário do Paraná ao Professor SANSÃO JOSÉ LOUREIRO, praticar ato de reconhecida justiça a este ilustre cidadão, que, não obstante o fato de aqui não ter nascido, fez do Paraná, por opção, sua terra, a que tanto ama e para a qual tanto tem contribuído.

CURRICULUM VITAE

de

SANSÃO JOSÉ LOUREIRO

Data do nascimento: 02 de junho de 1933

Naturalidade: Uberlândia- MG

Filiação: José Dantas Loureiro

Maria Vicentini Loureiro.

1. Bacharel em Direito- Faculdade de Direito da Universidade do Paraná- 1956
2. Bacharel em Ciências Econômicas- Faculdade de Ciências Econômicas da Universidade Federal do Paraná- 1967.
3. Juiz Substituto - 1960 a 1962.
4. Juiz de Direito - 1962 a 1963
5. Juiz Auditor Estadual- 1963 a 1982.
6. Juiz Eleitoral - 1962 a 1963.
7. Curso de Direito Norte-Americano- Inter-American Law Institute New York University School of Law- 1957 - 1958.
8. O Sindicato e a Constituição - Conferência - 1966

9. Os Direitos e as Garantias e o Policial Militar - Conferência.
10. O Direito Penal Militar e as Constituições Brasileiras - Conferência - Noticiada na Revista Brasileira de Criminologia e Direito Penal, n. 11, out. dez. 1965.
11. Professor Auxiliar de Direito Constitucional - Faculdade de Direito da Universidade do Paraná - 1966 - 1972.
12. Professor Contratado de Direito Constitucional - Faculdade de Direito - Católica do Paraná - 1969 - 1976.
13. Professor de Direito Constitucional - Centro de Formação de Oficiais da Polícia Militar do Paraná - 1965 - 1966.
14. Direito Constitucional Norte-Americano - Curso de 10 horas sob o patrocínio da Associação Universitária Interamericana - professor convidado para ministrar as aulas - 1965.
15. Docente Livre - nas disciplinas de Direito Constitucional e Instituições de Direito Público, realizado em 1977, tese: Aspectos Constitucionais da Justiça Militar Estadual.
16. Professor Adjunto - de Direito Constitucional - Faculdade de Direito da Universidade Federal do Paraná, desde 1977.
17. Professor Adjunto - Nível 4.
18. Aprendiz de Magistrado - livro publicado 1965.
19. Federalism And The Changing Of The Territorial Basis Of Member States - monografia sobre redivisão territorial dos Estados Federados.
20. Alguns Aspectos Políticos e Sociológicos de uma Redivisão Territorial do Brasil - Artigo - Revista da Faculdade de Direito da Universidade do Paraná - Ano 11, n. 11 - 1968.
21. A Redivisão Territorial do Brasil e o Poder Constituinte - Artigo apresentado à Faculdade de Direito da Universidade Federal do Paraná - a ser publicado pela Revista de Direito Público - S.P.
22. Certificate Of Proficiency In English University Of Cambridge - 1967.
23. Presidente do Centro Acadêmico Hugo Simas - 1955 - 1956 - Órgão representativo dos Estudantes de Direito da Faculdade de Direito da Universidade Federal do Paraná.
24. Paraninfo - da turma de 1977 - Faculdade de Direito da Universidade Federal do Paraná.
25. Diretor da Faculdade de Direito da Universidade Católica do Paraná - 1974 - 1976.
26. Coordenador do Colegiado de Curso - Faculdade de Direito da Universidade Federal do Paraná - 1972 - 1973.
27. Aprovação nas disciplinas Didática Geral e Psicologia da Educação - Faculdade de Filosofia, Ciências e Letras - Fede-

ral do Paraná.

28. Participação no II Congresso Argentino de Professores de Direito Constitucional - Buenos Aires - 1972.
29. Estagiário da Escola Superior de Guerra Curso Superior de Guerra - 1975.
30. Advogado - OAB-Pr. Inscrição n. 1577
31. Juiz Militar Estadual - aposentado em 10.11.82.

PROJETO DE LEI N. 16/86
A Assembléia Legislativa
do Estado do Paraná

D E C R E T A:

Art. 1.º - Fica declarada de Utilidade Pública a MISSÃO "A VOZ DOS MÁRTIRES" com sede e foro nesta Capital.

Art. 2.º - Esta lei entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Sala das Sessões, em 04 de março de 1986.

(a) EZEQUIAS LOSSO.

JUSTIFICATIVA:

A entidade indicada neste plano de lei, passa a ser declarada de Utilidade Pública, vem prestando relevantes serviços em prol do soerguimento moral e espiritual da nossa gente.

A documentação em anexo por si só demonstra que a entidade preenche as condições para o reconhecimento pretendido.

O SR. PRESIDENTE (Nilso Sguarezi) - No Pequeno Expediente, concedo a palavra ao Senhor Deputado Tadeu França, inscrito.

O SR. TADEU FRANÇA - Senhor Presidente, Senhores Deputados.

A persistir o quadro de violências contra os "sem-terra" do Paraná, não haverá outra alternativa, a não ser propor a criação da Comissão de Defesa dos Direitos Humanos dos Sem-Terra, em nosso Estado.

Objetivamente, a Polícia do Estado do Paraná, não pode manchar as suas mãos com a vergonha e covardia de atropelar pobres indefesos ou de chegar a causar ferimentos em senhoras indefesas, com os fatos que nós, lamentavelmente, estamos assistindo, nos últimos dias.

É por esta razão que nós, a nível de Parlamento, quando vemos o desrespeito aos direitos humanos, independentemente de quaisquer fatores temos obrigação de conjuntamente abrir canais para que os injustiçados possam efetivamente apresentar as suas reclamações e têm o amparo ante a violência perpetrada contra eles.

É por esta razão, Senhor Presidente, Senhores Deputados, que em nossa avaliação, é inadmissível e revoltante, quando em todo o nosso Estado, a nível de Brasil, fortalecesse a proposta de uma Reforma

Agrária, quando após aprovação, inclusive por esta Casa de Leis, de proposta de nossa autoria, instituindo a implantação de fazendas coletivas, como início de solução de um problema que se agrava em nosso Estado, após todo esse quadro, nós temos que registrar infelizmente e admitir que nós não podemos de forma alguma pactuar contra as violências que estão tendo como alvo os acampamentos dos "sem-terra" do Paraná.

É ilegal e injusta a agressão perpetrada contra os "sem-terra" de Marmeleiro. Eles estavam em área de domínio público, não tinham, portanto, quaisquer razões aqueles que os encurralaram, fazendo com que freqüentemente cenas não apenas de ferimentos ou escoriações, mas até mesmo de traumas familiares porque o que tem sido freqüente em muitos casos, é que no atropelamento dos despejos, crianças ficam por dias a fio longe dos seus pais, confinados em localidades diferentes, pessoas que pertencem a mesma família, e é por esta razão que nós, neste instante, estamos levando avante o pensamento programático do PMDB, que fundamentalmente estampa em sua bandeira, não apenas a Reforma Agrária, como respeito durante decênios, pelos direitos inalienáveis do cidadão humano. É que nós aqui estamos registrando nossa profunda discordância aos despejos ilegais que estão sendo perpetrados e em particular a violência que abertamente está sendo selada contra novas vítimas, que vítimas já o são da violência em termos do próprio destino. Não existe violência maior do que o pai ou a mãe de família não terem alternativa de sobrevivência, terem nascido na terra e nela não encontrarem o menor espaço para poder cultivar suas plantações.

A violência da marginalidade com que foram infelizmente contemplados pela própria condição de existência nós estamos assistindo agora, a fatos que gritam por si só e com relação aos quais, nós jamais poderemos fazer com que nossa voz permaneça emudecida.

Nossa solidariedade, portanto, aos flagelados de Marmeleiro, aos de Santa Helena, aos acampados que por todo este Estado ousam sonhar com a proposta de reassentamento justo é o nosso apelo sincero, para que as gestões de reassentamento venham a surtir as violências que estão estampadas na opinião pública do Paraná.

Muito Obrigado. (Sem revisão do orador).

O SR. PRESIDENTE - (Nilso Sguarezi) Não havendo mais oradores no Pequeno Expediente, no Grande Expediente, concedo a palavra ao Senhor Deputado Márcio Almeida, inscrito.

O SR. MÁRCIO ALMEIDA - Senhor Presidente,

Senhores Deputados.

Inicialmente, para solidarizar-me com o pronunciamento do Deputado Tadeu França. Ilegal e injusta a ação de despejo dos trabalhadores rurais acampados nas regiões mencionadas.

É também, nossa profunda discordância contra esta violência cometida.

Alerto, aproveitando a oportunidade, a necessidade de que também os acampados, de Piracema, um dos acampamentos do Norte do Paraná, três localizados no município de Londrina, já devidamente encaminhados, dois já com a característica de assentamento e um ainda restando como acampamento, mas, além desses três, o quarto se localiza no município de Paranavaí, a 11Km. da cidade, às margens da BR. Estivemos neste final de semana, fazendo visitas, discutindo com os trabalhadores, com parte das oitenta e seis famílias lá acampadas, e, embora nesse acampamento haja uma situação peculiar em relação a todos os demais existentes no Paraná, que é o fato de que o Sindicato dos Trabalhadores Rurais de Paranavaí, ou seja, o Movimento Sindicalista Rural se encontrar à frente junto com os acampados na solução do problema, ainda existem situações a serem resolvidas.

O Governo do Estado vem encaminhando propostas de soluções a respeito, e a nossa intervenção nesta oportunidade, quanto a este particular, se prende, unicamente à necessidade de que se dê um caráter de urgência e que se evite qualquer atitude como esta tomada ontem, muito bem registrada aqui pelo Deputado Tadeu França, com o qual, novamente, nós fazemos questão de manifestar nossa solidariedade pela violência e o despejo dos trabalhadores rurais acampados, por ser ilegal e injusta.

Mas, Senhor Presidente, Senhores Deputados, inicialmente quero aplaudir a decisão do Senhor Presidente Nilso Sguarezi, de convocar a Comissão de Defesa do Consumidor deste Poder, para uma reunião, amanhã à tarde, logo após a sessão ordinária.

A nossa solicitação, a nossa sugestão de ontem teve na Presidência a devida avaliação. Esperamos que seja cumprida, ou seja, que, de fato esta Comissão que é em defesa do Consumidor, que já um ano designada, sequer se instalou, sequer realizou uma reunião, e que ela venha, de fato, infelizmente, nestas circunstâncias, a realizar o papel que lhe cabe.

Eu alerto, que não se trata meramente de uma situação que coloca em evidência os nobres companheiros Deputados que participam desta comissão, ou sejam, os Deputados Ervin Bonkoski, Rubens Bueno, Adhail Sprenger Passos, Antônio Belinati, Edgard Pimentel, Francisco Escorsin e Djalma de Almeida César, que são os titulares da Co-

missão. Está em jogo a credibilidade do Poder Parlamentar paranaense, ou seja, a Assembléia Legislativa.

Se trata de uma debilidade que, aliás, acomete a todas as Comissão, esta talvez mais grave, pela conjuntura que vivemos e pelo fato de não ter sequer se instalado.

Mas, é inegável que, num momento em que a população vem à rua, participar ativamente de um apelo que o Governo fez no sentido de vir fiscalizar, é inegável que, diante de toda a história de descrença que existe, inclusive, em relação aos poderes parlamentares, de que a mobilização popular, - não estou aqui cogitando nada semelhante ao poder popular sobrepujar o poder parlamentar -. Acho que a população brasileira, o povo brasileiro ainda está a alguns passos de distância de uma situação como esta, de se ter realmente um poder popular em que o Poder Legislativo se integre nele.

Então, além de aplaudir a decisão da Presidência, fazendo votos para que se cumpra esta determinação de se reunir amanhã, eleger a sua direção e desenvolver os trabalhos, aqui fica já uma outra sugestão, que a Comissão de Defesa ao Consumidor participe, na quinta-feira, dia 6, da reunião que a Associação de Mulheres e Donas de Casa de Curitiba, que o Conselho da Condição Feminina e várias outras entidades de mulheres de nossa cidade, realizaram aqui na sessão da tarde, na expectativa de que as lideranças partidárias e os Senhores Deputados se pronunciem em relação ao Dia Internacional da Mulher que se comemorará no próximo dia 08.

Mas, mantendo, Senhor Presidente, Senhores Deputados, o eixo central da nossa intervenção, nesta tarde também, como fizemos ontem, na discussão das recentes medidas econômicas tomadas pelo Governo, pois não me dou por satisfeito com o nível das discussões travadas até o momento, na minha avaliação muito aquém da capacidade dos Senhores Deputados e da expectativa que a população tem em relação a nossa participação, nesse processo, eu ao mesmo tempo que trago à Mesa da Assembléia um requerimento dirigindo expediente ao Senhor Ministro da Justiça, solicitando providências com vistas ao desbaratamento de quadrilhas especializadas na aplicação de golpes com a venda de carnês beneficentes, pecúlios e montepio, conforme denúncia formulada por uma comissão de moradores do município de Londrina, que neste momento está formando a Associação de Defesa do Consumidor da cidade, e que a "Folha de Londrina" registrou nos dias 29/11/85, 01/12/85, 26/01/86 e, mais recentemente, em 04/02/86, numa série de matérias que resultaram na abertura de inquéritos na Delegacia de Polícia local, contra o GRE-

FAM - Grêmio Beneficente de Proteção à Família, Grêmio Beneficente de Assistência Médica para Executivos -, que está aplicando o golpe do carnê. Mas, um episódio de crime contra a econômica popular, muito em voga no nosso País nos vinte e um anos passados da ditadura.

Neste contexto, Senhor Presidente, Senhores Deputados, é que nós apresentamos aos Senhores Deputados, à imprensa e ao povo do Paraná, a apreciação que a direção estadual do Partido Comunista Brasileiro fez em relação ao "pacote econômico" e cujas contribuições foram dirigidas à Executiva Nacional do Partido, que passo a ler na íntegra.

"O pacote econômico deve ser acompanhado pela mobilização popular".

LÊ: "O pacote econômico que foi anunciado pela Nova República é um projeto de estabilização financeira que se dirige prioritariamente contra o processo inflacionário que ameaçava a vida do País.

Várias de suas medidas não contemplam o interesse imediato da classe operária e dos assalariados.

Os salários apesar do abono de 8%, foram estabelecidos em níveis que institucionalizam as perdas sofridas durante os tempos da ditadura.

O sistema de atualização que o Governo chama de escala móvel, é insatisfatório. Mesmo a adoção do seguro desemprego, em si mesmo positiva, está longe de atender a necessidade dos trabalhadores. E a ausência do tabelamento dos juros é sintoma preocupante.

O eixo do pacote, no entanto, está orientado no sentido que interessa aos trabalhadores da Nação. Primeiro porque desmonta os mecanismos potencializadores da inflação que davam sinal de intolerável permanência e até de aceleração. Segundo, porque desmontar a inflação é derrotar um processo instrumento de transferência de renda que onera basicamente os assalariados. Por isso, em termos econômicos os trabalhadores serão favorecidos nesta luta. Mas, derrotar a inflação no contexto brasileiro também é neutralizar um instrumento de instabilidade que cria condições para golpismos e retrocessos.

Por isto, na perspectiva da Democracia, o combate à inflação favoreceu as alternativas que beneficiam os trabalhadores. É nesta ótica que os comunistas apoiam o "pacote", sem apontar para a recessão. Ele contempla as aspirações nacionais por uma economia liberada do monstro em que se converteu a inflação brasileira.

Os comunistas entendem que o povo deve desempenhar um papel dinâmico no processo aberto pelo "pacote", atendendo ao apelo governamental. O povo organizado deve vigiar ativamente e de forma permanente o

tabelamento dos preços, mobilizando-se para garantir o seu cumprimento e evitando as provocações que podem servir de pretexto para repressões.

Cabe ao movimento sindical e ao movimento popular (associações de bairros de dona de casa, comunidades religiosas) zelar pelo estrito cumprimento do congelamento de preços e aluguéis.

Essa dinâmica popular, à frente da qual devem estar os comunistas, pode criar a base para, a partir da aplicação dos aspectos positivos do pacote, modificar os seus pontos insuficientes.

A luta do povo deve ser direcionada para conquistar melhores condições para os trabalhadores, especialmente a revisão do seguro desemprego (que deve ser mais abrangente) e a escala móvel (que deve operar sempre que o índice inflacionário atingir os 10%).

O pacote deve ser utilizado para recolocar em novas bases, a luta por um pacto político social que distribua a renda nacional e, na perspectiva da democracia re-direcione o modelo econômico, acelere a reforma agrária, golpeie o monopólio e re-equilibre a dívida externa.

Este encaminhamento, porém, só será possível se, desde já, o povo e suas organizações se empenharem na mobilização pela execução dos aspectos positivos do pacote.

Esta mobilização para a qual os comunistas convocam todos os democratas e patriotas, terá dois efeitos: - de um lado conterá a reação dos especuladores e monopolistas. De outro, dará ao povo um papel dirigente na luta contra a inflação e é isto que evitará que esta luta seja manipulada e instrumentalizada por aqueles que não têm compromisso com o desenvolvimento e a democracia.

Senhor Presidente, Senhores Deputados. Na linha de coerência que o PCB adota há décadas na política nacional, e em particular nesses últimos meses, temos sempre nos posicionado como força política que apoia transições democráticas com independência e autonomia em relação à Aliança Democrática, ao PMDB e ao PFL. Não poderia ser outro o posicionamento dos comunistas brasileiros, do PCB, nesse momento na vida política nacional. O pacto econômico merece o nosso apoio. Tem à nossa disposição, a população brasileira, as forças democráticas, toda vontade de contribuir para que ele seja executado na sua integralidade, principalmente e particularmente no que diz respeito ao controle de preços ilegais e que nesse processo de lutas se façam as modificações e aperfeiçoamento das suas medidas, como é o caso da escala móvel.

Essa era a nossa intervenção, Senhor Presidente, Senhores Deputados na tentati-

va de contribuir para que a Assembléia Legislativa do Paraná, do Poder Legislativo do Estado não se omita diante da situação que se vive.

Obrigado. (Sem revisão do orador).

O SR. PRESIDENTE - (Nilso Squarezi) No horário reservado às Lideranças, concedo a palavra inicialmente ao PCB.

Havendo declinado, passamos a palavra à Liderança do PFL.

Havendo declinado, passamos a palavra à Liderança do PDS.

Havendo declinado, passamos a palavra à Liderança do PDT.

Havendo declinado, passamos a palavra à Liderança do PMDB.

O SR. CAÍTO QUINTANA - Usará da palavra o Deputado Edilson Alencar.

O SR. EDILSON ALENCAR - Senhor Presidente e Senhores Deputados.

Inicialmente, gostaria de agradecer nesta oportunidade, as palavras a mim dirigidas ontem pelo meu Líder, Caíto Quintana, bem como, as palavras elogiosas do Deputado Gilberto Carvalho.

Senhor Presidente, e Senhores Deputados. Depois de três anos de ausência deste Parlamento, e embora ausente acompanhava "pari passus" o trabalho desenvolvido pelos Senhores Parlamentares, de onde dirigia uma Empresa do Conglomerado BANESTADO. Hoje aqui regresso com alegria, alegria demonstrada não só por mim, mas, pela população brasileira, neste momento em que o Governo do PMDB, deste País, imprime ao povo brasileiro a normalidade da vida nacional, e a estabilidade econômica do nosso povo.

Venho alegre Senhor Presidente e Senhores Deputados, porque vejo o pobre na sua choupana, e o rico no seu palácio satisfeitos com a atitude corajosa, patriótica do Presidente Sarney, com as medidas altamente positivas em defesa do povo brasileiro.

Lamentamos apenas, Senhor Presidente e Senhores Deputados, que poucos neste País não acreditem nessas medidas; alguns aproveitadores da insatisfação do povo, alguns especuladores das injustiças, não estejam realmente acreditando no sucesso dessas grandes e valorosas medidas. E para justificar a minha assertiva, nobres Deputados, estranhei hoje, ao ler a "Folha de São Paulo", na sua primeira página, quando o Governador Leonel Brizola disse à imprensa, que não acredita nas medidas do Governo. Ele não acredita Senhor Presidente, Senhores Deputados, porque era o grande especulador da insatisfação do nosso povo.

Foi o único perdedor neste País, porque era quem estava canalizando a insatis-

fação do povo, para que o seu partido. Este sim, foi o grande perdedor, com as medidas altamente positivas dessa República.

Senhor Presidente, Senhores Deputados, para o Brasil até que enfim veio alegria a brotar nos seus lábios, porque a barbaridade que se praticou neste País ao longo dos 25 anos de ditadura militar aqui implantada, quando a inflação corrompia o salário do trabalhador brasileiro, quando o custo de vida estava a atemorizar a dona de casa, quando os bancos oficiais deste País transformaram-se nos grandes agiotas desta República, nós vemos hoje, Senhor Presidente e Senhores Deputados o Brasil sorrindo, o Brasil festejando em clima de Copa do Mundo. E esse otimismo, Senhor Presidente, Senhores Deputados, nós só teremos com mais avanço, se a população brasileira realmente participar deste grande projeto.

Precisamos realmente que os trabalhadores, que o povo brasileiro, que os funcionários públicos ajudem o Governo nesta grande missão de consertar a vida do nosso povo e do nosso País.

O Sr. Artagão Mattos Leão - Vossa Excelência me permite um aparte? (Assentimento).

Inicialmente, nobre Deputado, eu aproveito este aparte para cumprimentá-lo e dar as boas vindas a Vossa Excelência que, nesta oportunidade, retorna a sua casa e que, com sua inteligência, por certo virá dar força a este Poder, virá abrilhantar este Poder.

Prezado Deputado, na verdade o pacote econômico aí esta, e só não acredita nele quem não quer acreditar e quem não pode acreditar. Aquele que vinha criticando o Governo Federal, afirmando com ênfase que não estava vendo, que não estava enxergando a "Nova República"; e com esses ataques demagógicos visava aproveitar-se numa futura eleição, encontrou na audácia do Presidente José Sarney, na inteligência do Ministro Fumero o seu enterro e a sua derrota.

Então, essas pessoas, ilustre Deputado, não podem acreditar no pacote. No fundo, elas estão acreditando no pacote, sabem que o pacote econômico vai dar certo, mas eles não podem acreditar no pacote. Quando eles falam em público, eles têm que dizer que o pacote não vai dar certo porque a única chance que essas pessoas têm para uma futura eleição é que esse pacote não dê certo. Mas esse pacote vai dar certo, já deu certo, Excelência.

Congratulo-me pelas palavras que Vossa Excelência nos traz nesta oportunidade, e eu o saúdo por vê-lo retornar a esta Casa de Leis, a esta Casa que Vossa Excelência honrou no passado e que por certo continuará honrando no futuro.

Muito obrigado, Senhor Deputado.

O SR. EDILSON ALENCAR - Eu agradeço o valioso aparte do nobre companheiro de Bancada, Deputado Artagão Mattos Leão.

Aproveitando a palavra de Vossa Excelência, vai dar certo! Vai, Senhor Presidente e Senhores Deputados, dar certo o pacote econômico.

O Sr. Osvaldo Alencar Furtado - Vossa Excelência me permite um aparte? (Assentimento).

É com muito prazer que uso da palavra para saudá-lo, ilustre primo-irmão, pelo seu retorno ao Parlamento. Votos faço e sinceros de que a sua permanência durante este ano legislativo seja o retorno do brilho honesto da sua conduta que engalanou este Poder, e ao mesmo tempo, ilustre Deputado Edilson Alencar, gostaria de parabenizar-me com Vossa Excelência na solidariedade do seu pronunciamento por entender que os arautos da derrota e do caos são exatamente os que vencem eleições em cima da fome, da miséria, do desemprego e da desgraça da classe trabalhadora brasileira.

Este ponto zero, do cruzeiro zero ou do cruzeiro zerado haverá de ser a redenção da classe trabalhadora brasileira e haverá de ser o renascer da confiabilidade que merece o povo do Brasil que durante vinte e três anos foi tratado como se não existisse ou, quando existia, era para receber as bordoadas das torturas e das invasões de lares da ditadura. Ilustre Deputado Edilson Alencar Barbosa, não resta dúvida de que a atitude do grupo econômico do Governo Sarney, por ele presidido, todo ele composto por homens do PMDB, traz à Nação, as teses mais elevadas, mais discutidas ainda do tempo do nosso MDB. E hoje, a Nação está investida da magistratura de fiscalizar, ela mesma o seu próprio destino, a sua própria economia. Nós haveremos de vencer esta batalha, ou a favor ou contra os "brizolistas da vida", que querem a permanência e a continuidade do caos político e administrativo, principalmente, do caos econômico, para ver se ele chegaria à Presidência da República. Mas este País que já foi tão maltratado, acertou desta vez: com o povo todo fiscalizando, haveremos de sair do caos em que a ditadura nos lançou, para construirmos o Brasil organizado e moderno que todos sonhamos.

Muito obrigado, ilustre Deputado.

O SR. EDILSON ALENCAR - A eloquência, o brilho e a inteligência de Vossa Excelência muito ilustrou o nosso modesto pronunciamento. Mas Senhor Presidente, Senhores Deputados, dizia eu que o pacote econômico vai dar certo. Disto não há dúvida.

Só aqueles especuladores da insatisfação popular é que não acreditam. Mas este País vai dar certo, porque possui um solo fértil, um subsolo fertilíssimo, um clima favorável, um povo trabalhador e, acima de tudo, um povo cristão.

Haveremos de ver o Brasil como uma grande potência do mundo, da qual se orgulharão os nossos filhos e os nossos netos. Haveremos de ver o Brasil servindo de espelho para outras Nações do mundo, porque temos tudo de bom nesta terra. E por tudo isto, o PMDB deste País hoje, os Ministros da área econômica estão realmente satisfeitos em poder dar ao Brasil a oportunidade de conclamar a Nação Brasileira para ajudá-los no combate aos erros e aos desmandos, as especulações, ao roubo e à bandalheira.

Hoje cada brasileiro é um soldado, é um defensor deste pacote econômico. E precisamos incentivar cada vez mais para que todos ajudem na fiscalização da grande obra e que será a grande redenção do povo brasileiro.

E com isto tudo, meus nobres colegas Parlamentares, haveremos de, neste ano, aumentar a nossa bancada na Assembléia Legislativa do Paraná, aumentaremos a nossa bancada na Câmara Federal, no final de que a população brasileira, do Oiapoque ao Chuí, todos estão conscientes de que o responsável maior pela solução dos problemas nacionais, é do PMDB.

Companheiros, Senhor Presidente, Senhores Deputados, deixo a tribuna nesta oportunidade conclamando o Paraná, o País inteiro, para nos unir cada vez mais em defesa da maior estabilidade econômica do País.

Muito obrigado. (Sem revisão do orador).

(Assume a Presidência o Senhor Deputado Antônio Annibelli):

O SR. PRESIDENTE - (Antônio Annibelli) Esta Presidência congratula-se com o Deputado Edilson Alencar e o recebe de braços abertos. Vossa Excelência que foi um Deputado na outra Legislatura dos mais combativos e assume no lugar do grande companheiros Deni Schwartz, que representa o Paraná no Governo da República.

Por isto, esta Presidência lhe deseja as boas vindas e um feliz mandato.

O SR. PRESIDENTE - (Antônio Annibelli) Está encerrada a Hora do Expediente.

Passa-se à
ORDEM DO DIA,
com a presença de 58 Senhores Deputados.

Sobre a mesa, projeto de lei de autoria do Senhor Deputado Djalma de Almeida

Curitiba, terça, em 04.03.86

César, constante do expediente. Necessita de apoio. Apoiado. À Diretoria Legislativa.

Projeto de lei de autoria do Senhor Deputado Ezequias Losso, constante do expediente. Necessita de apoio. Apoiado. À Diretoria Legislativa.

Passaremos à apreciação da matéria constante da Ordem do Dia, conforme avulso distribuído aos Senhores Deputados:

1.^a DISCUSSÃO - Do Projeto de Lei n.169/85, de autoria do Deputado PAULO FURIATTI, que declara de "Utilidade Pública" a CASA DO ESTUDANTE DA UNIVERSIDADE ESTADUAL DE LONDRINA, com sede e foro no Município de Londrina. Com PARECER FAVORÁVEL da C.C.J.. EM REGIME DE URGÊNCIA. Aprovado. (Publicado no D.A. 81/85, de 26/8/85).

COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO E JUSTIÇA
PROJETO DE LEI N.169/85

PARECER:

A intenção do nobre Deputado Paulo Furiatti, com o projeto de lei em exame, é declarar de Utilidade Pública a CASA DO ESTUDANTE DA UNIVERSIDADE ESTADUAL DE LONDRINA.

A matéria cumpre o disposto na Lei n.6.994, de 10 de janeiro de 1978, que estabelece as normas para a declaração de utilidade pública.

Portanto, não existe qualquer impedimento de natureza constitucional, legal ou regimental a obratar do referido projeto de lei.

Assim, manifestamos o nosso parecer favorável, opinando pela sua aprovação.

Sala das Comissões, em 21/11/85.

(aa) TADEU LÚCIO MACHADO - Presidente;
ODENI MONGRUEL - Relator.

1.^a DISCUSSÃO - Do Projeto de Lei n.187/85, de autoria do Deputado NILSO SGUAREZI, que declara de "Utilidade Pública" a SOCIEDADE HOSPITALAR DOS TRABALHADORES RURAIS DE VERÊ, com sede no município de Verê e foro no município de Pato Branco. Com PARECER FAVORÁVEL da C.C.J., em REGIME DE URGÊNCIA. Aprovado. (Publicado no D.A. 90/85, de 10/9/85).

COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO E JUSTIÇA
VOTO EM SEPARADO
PROJETO DE LEI N.187/85

O Projeto de Lei n.187/85 de autoria do nobre Deputado Nilso Sguarezi, visa declarar de Utilidade Pública a Sociedade Hospitalar dos Trabalhadores Rurais de Verê, com sede na cidade de Verê e foro no município de Pato Branco.

Analisando a matéria, o senhor relator anteriormente designado houve por bem opinar contrariamente à proposição argumentando que os preceitos estatutários da en-

tidade não se enquadravam com a legislação estadual reguladora da matéria.

No entanto, examinando-se a documentação inserida ao processo posteriormente ao parecer do relator designado, temos que, a Sociedade Hospitalar dos Trabalhadores Rurais de Verê, através das suas disposições estatutárias, se enquadra nas normas gerais da Lei n.6994, de 10 de janeiro de 1979, razão pela qual neste voto em separado, opinamos favoravelmente à sua aprovação, já que não encontramos qualquer óbice quer legal ou constitucional que possa obstaculizar a sua normal tramitação por esta Casa.

É o voto em separado que apresentamos.

Sala das Comissões, em 21/11/85.

(aa) TADEU LÚCIO MACHADO - Presidente;

DJALMA DE ALMEIDA CÉSAR - Relator.

O SR. PRESIDENTE - (Antônio Annibelli)

Sobre a mesa, requerimento de autoria do Senhor Deputado Gilberto Carvalho, constante do expediente, solicitando voto de pesar pelo falecimento do Senhor João Tavares, ocorrido no município de São Pedro do Ivaí. Aprovado. À Diretoria Legislativa.

Requerimento de autoria do Senhor Deputado Donato Gulin, constante do expediente, solicitando voto de pesar pelo falecimento da Senhora Maria Gava Gusso, ocorrido no dia 3 de março do corrente ano. Aprovado. À Diretoria Legislativa.

Requerimento de autoria do Senhor Deputado Donato Gulin, constante do expediente, solicitando voto de pesar pelo falecimento do Senhor Antônio Ferro Silva, ocorrido no dia 3 de março do corrente ano. Aprovado. À Diretoria Legislativa.

Requerimento de autoria do Senhor Deputado Odeni Mongruel, constante do expediente, solicitando voto de aplauso ao Senhor Presidente da República, pela adoção da reforma monetária no País. Aprovado. À Diretoria Legislativa.

Requerimento de autoria do Senhor Deputado Anibal Khury, constante do expediente de sessão anterior, solicitando o envio de telex ao Senhor Presidente da República, manifestando apoio pelo programa de estabilização econômica lançado no País. Aprovado. À Diretoria Legislativa.

Requerimento de autoria do Senhor Deputado Tadeu França, constante do expediente de sessão anterior, solicitando o envio de expediente ao Senhor Secretário dos Transportes, visando a pavimentação asfáltica na rodovia que liga os municípios de Boa Esperança e São Jorge do Patrocínio. Aprovado. À Diretoria Legislativa.

Requerimento de autoria do Senhor Deputado Márcio Almeida, constante do expediente, solicitando voto de congratulações

aos trabalhadores na construção civil do município de Londrina, por intermédio do Senhor Presidente do Sindicato dos Trabalhadores na Construção Civil. Aprovado. À Diretoria Legislativa.

Requerimento de autoria do Senhor Deputado Tadeu França, constante do expediente de sessão anterior, solicitando o envio de expediente ao Senhor Secretário dos Transportes, visando a pavimentação asfáltica da estrada que liga o município de Maria Helena a Carbonera, Vila Formosa e Douradina. Aprovado. À Diretoria Legislativa.

Requerimento de autoria do Senhor Deputado Tadeu França, constante do expediente de sessão anterior, solicitando o envio de expediente ao Senhor Superintendente da SUREHMA, por intermédio da Secretaria do Interior, objetivando seja procedida análise da água do Rio Ivaí, nas imediações do município de Tapira. Aprovado. À Diretoria Legislativa.

Requerimento de autoria do Senhor Deputado Tadeu França, constante do expediente de sessão anterior, solicitando o envio de expediente ao Senhor Secretário da Agricultura, encarecendo a criação de uma unidade de armazenamento da COPASA, no município de São Jorge do Patrocínio. Aprovado. À Diretoria Legislativa.

Requerimento de autoria do Senhor Deputado Tadeu França, constante do expediente de sessão anterior, solicitando o envio de expediente ao Senhor Superintendente da SANEPAR, por intermédio da Secretaria do Interior, visando a expansão da rede para atendimento também ao Distrito de Santa Felicidade, no município de Tapira. Aprovado. À Diretoria Legislativa.

Requerimento de autoria do Senhor Deputado Tadeu França, constante do expediente de sessão anterior, solicitando o envio de expediente ao Senhor Ministro da Previdência e Assistência Social, visando a criação de escritório do FUNRURAL, para atendimento a trabalhadores rurais dos municípios de Sarandi, Cruzeiro do Sul e Iguaraçu. Aprovado. À Diretoria Legislativa.

Requerimento de autoria do Senhor Deputado Antônio Annibelli, constante do expediente de sessão anterior, solicitando voto de congratulações ao Doutor Deni Linneu Schwartz, pela sua assunção ao Ministério do Desenvolvimento Urbano - Meio Ambiente. Aprovado. À Diretoria Legislativa.

Requerimento de autoria do Senhor Deputado Werner Wanderer, constante do expediente de sessão anterior, solicitando o envio de expediente ao Senhor Secretário dos Transportes, visando a construção de contorno rodoviário pavimentado de Quatro Pontes, Sarandi e Vila Nova, na rodovia ligando Marechal Cândido Rondon até o tre-

vo de Vila Nova, no município de Toledo. Aprovado. À Diretoria Legislativa.

Requerimento de autoria do Senhor Deputado Mário Pereira, constante do expediente de sessão anterior, solicitando o envio de expediente ao Senhor Presidente do Tribunal Regional Eleitoral, visando a expedição de resolução regulando a forma da consulta plebiscitária a ser realizada na área descrita na Resolução n.09/82, visando a criação do município de Campo Bonito, atual Distrito de Guaraniaçu. Aprovado. À Diretoria Legislativa.

Requerimento de autoria do Senhor Deputado Antônio Belinati, na qualidade de líder do PDT, constante do expediente de sessão anterior, solicitando o envio de expediente ao Senhor Presidente da República, visando a adoção de medidas garantindo a estabilidade no emprego da classe trabalhadora, durante o primeiro ano de vigência do pacote econômico. Aprovado. À Diretoria Legislativa.

Requerimento de autoria do Senhor Deputado Caíto Quintana, constante do expediente de sessão anterior, solicitando voto de congratulações pela designação do Senhor Deputado Deni Schwartz para o cargo de Ministro do Desenvolvimento Urbano da República. Aprovado. À Diretoria Legislativa.

Requerimento de autoria do Senhor Deputado Márcio Almeida, constante do expediente de sessão anterior, solicitando voto de congratulações pela eleição para a escolha do novo chefe da agência do INAMPS, no município de Londrina. Aprovado. À Diretoria Legislativa.

Requerimento de autoria do Senhor Deputado Márcio Almeida, constante do expediente de sessão anterior, solicitando o envio de expediente ao Senhor Governador do Estado, encarecendo sejam empossados os membros do Conselho Estadual de Educação, Habilitação ou Reabilitação e Integração Social. Aprovado. À Diretoria Legislativa.

Requerimento de autoria do Senhor Deputado Márcio Almeida, constante do expediente de sessão anterior, solicitando transcrição nos Anais da Casa, da matéria intitulada "É Preciso Voltar os Olhos para a Natureza", publicada no jornal "Folha de Londrina". Aprovado. À Diretoria Legislativa. (A matéria acha-se publicada no final desta Ata).

Requerimento de autoria do Senhor Deputado Edgard Pimentel, constante do expediente de sessão anterior, solicitando voto de solidariedade ao Senhor Promotor de Justiça da Comarca de Cascavel, pela sua atuação no Ministério Público, bem como pelas ofensas descabidas feita pelo Chefe do Executivo Municipal. Aprovado. À Diretoria Legislativa.

Requerimento de autoria do Senhor De-

Curitiba, terça, em 04.03.86

putado Péricles Pacheco, constante do expediente de sessão anterior, solicitando o envio de expediente aos Srs. Governador do Estado e Secretário da Educação, visando a implantação, a partir de 1987, no currículo das escolas de 1.º e 2.º graus da rede estadual de ensino do Estado, da cadeira de Ecologia e Defesa do Meio-Ambiente. Aprovado. À Diretoria Legislativa.

Requerimento de autoria do Sr. Deputado Djalma de Almeida César, constante do expediente, solicitando voto de congratulações pela passagem do 1.º aniversário da Fabrica Pisa - Papel de Imprensa S/A., no Município de Jaguariaíva. Aprovado. À Diretoria Legislativa.

Requerimento de autoria do Sr. Deputado Werner Wanderer, constante do expediente, solicitando o envio de expediente ao Sr. Secretário da Segurança Pública, visando a criação e instalação de uma corporação de bombeiros da Polícia Militar para o Município de Marechal Cândido Rondon. Aprovado. À Diretoria Legislativa.

Requerimento de autoria do Sr. Deputado Gilberto Carvalho, constante do expediente, solicitando o envio de expediente ao Sr. Chefe da Casa Civil do Governo do Estado, encarecendo informações de qual o valor repassado pelo Governo à Prefeitura Municipal de Mariluz, a fim de custear a formação de "Frente de Trabalho" durante o período de seca que assolou nosso Estado. Em discussão.

O SR. CAÍTO QUINTANA - (Pela Ordem) Para discutir, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE - (Antônio Annibelli)
Adia-se a discussão para a próxima sessão, na forma do artigo 150 do Regimento Interno.

Requerimento de autoria do Sr. Deputado Gernote Kirinus, constante do expediente, solicitando voto de congratulações ao Sr. Prefeito Municipal de Cândido Rondon, pela presença de espírito e pronto apoio ao Governo Federal nas medidas tomadas para a estabilização econômica. Aprovado. À Diretoria Legislativa.

Requerimento de autoria do Sr. Deputado Márcio Almeida, constante do expediente, solicitando o envio de expediente ao Sr. Ministro da Justiça, encarecendo providências com vistas ao desbaratamento de quadrilhas especializadas na aplicação de golpes com a venda de carnês beneficentes, pecúlio ou montepio, com assistência médica e aposentadoria. Aprovado. À Diretoria

Requerimento de autoria do Sr. Deputado Airton Cordeiro, constante do expediente de sessão anterior, solicitando o envio de pedido de informações ao Sr. Presidente do Tribunal Regional Eleitoral, de quantos eleitores foram transferidos para Curitiba e para os demais municípios que realizaram eleições no último dia 15 de novembro. Aprovado. À Diretoria Legislativa.

Requerimento de autoria do Sr. Deputado Rubens Bueno, constante do expediente de sessão anterior, solicitando regime de urgência ao Projeto de Resolução n. 203/84, que visa aprovar Relatórios Final e Parciais da CPI da corrupção. Aprovado. À Diretoria Legislativa.

O SR. IVAN GUBERT - (Pela Ordem) Requeiro verificação de votação, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE - (Antônio Annibelli) A Mesa defere e irá proceder a verificação de votação.

(É procedida a verificação de votação)

O SR. FUAD NACLI - (Pela Ordem) Solicito a chamada nominal dos Srs. Deputados e que me forneçam, por gentileza, uma certidão dos Srs. Deputados presentes à Casa, na sessão de hoje.

O SR. PRESIDENTE - (Antônio Annibelli) A Mesa defere e solicita ao Sr. 1º Secretário que proceda a chamada nominal dos Srs. Deputados.

(É procedida a chamada nominal dos Srs. Deputados)

35 Srs. Deputados responderam a chamada.

A Presidência procederá a verificação de votação, atendendo solicitação do Sr. Deputado Ivan Gubert. Esta Presidência consulta o nobre Deputado Fuad Nacli, se vota favorável ao requerimento do Sr. Deputado Rubens Bueno.

O Sr. FUAD NACLI - Eu voto com o Sr. Deputado Rubens Bueno.

O SR. PRESIDENTE - (Antônio Annibelli) A Mesa procederá a verificação de votação.

(É procedida a verificação de votação)

20 Srs. Deputados aprovam; 1 Sr. Deputado rejeita.

Nada mais havendo a tratar, declaro encerrada a presente sessão, marcando outra para quarta-feira, dia 05, à hora regimental, com a seguinte

ORDEM DO DIA:

2ª DISCUSSÃO - dos Projetos de Lei ns. 169/85, 187/85.

Levanta-se a sessão.

MATÉRIA CUJA TRANSCRIÇÃO NOS ANAIS DA CASA, FOI APROVADA A REQUERIMENTO DO SR. DEPUTADO MÁRCIO ALMEIDA, EM SESSÃO DO DIA 04 DE MARÇO DE 1986.

É PRECISO VOLTAR OS OLHOS PARA A NATUREZA"

"Folha de Londrina"
Jornalista Edinelson Alves

Essa advertência é do chere regional do ITCF - Instituto de Terras, Cartografia e Florestas, em Paranavaí, Sérgio da Silva Pereira, diante das adversidades que estão acontecendo. E acrescenta: "Não podemos ter memória curta. A cada ano se repete um fenômeno diferente. Em 75 foi a grande geada; 77 enchentes; 78 estiagem; 81, uma nova seca; 82/83, enchentes e agora essa longa estiagem. "Até quando vamos conviver ameaçados por esses acontecimentos?" - questionou.

Em sua análise, o chefe do ITCF coloca que "todos esses eventos destruidores têm acontecido na Região Sul e nos Estados de Minas Gerais, São Paulo e Mato Grosso do Sul, justamente onde vem sendo feita uma total devastação dos recursos naturais. Será que é uma coincidência ou troco que a natureza vem dando após sofrer tantos abusos? Não tenho dúvida de que a alteração climática vem acontecendo em virtude da devastação".

Para Sérgio da Silva Pereira, mesmo diante das "advertências" recebidas, "o homem não se conscientiza do problema ambiental que estamos vivendo. Aqui, em nossa região, por exemplo, nós estamos apenas com dois por cento de cobertura florestal. No entanto, o número de pedidos para desmate tem aumentado consideravelmente. O proprietário só pensa no lucro de hoje. Amanhã - para ele - é outra história. E com o predomínio desse tipo de mentalidade que a nossa flora e fauna vem sendo exterminada".

Mostrando-se indignado com alguns casos verificados em sua área de atuação, o chefe do ITCF lembra que "nós distribuímos, em cinco anos, seis milhões de mudas.

Caso houvesse um aproveitamento de 100 por cento, teríamos uma área reflorestada de mil hectares. Isso com muito, sacrifício da parte do Governo, que além de investir em muda teve despesa de pessoal durante estes anos. Hoje, só do espólio de Remo Massi, no Cristo Rei, em Paranavaí, há um protocolo com pedido de desmate de 1.600 hectares de florestas".

Ao constatar esse caso, "entre tantos outros", o agrônomo Sérgio da Silva Pereira faz a seguinte previsão: "Daqui para a frente, infelizmente, o comportamento climático deverá ser mais irregular. Não podemos pensar de uma outra forma, pois tudo

o que estamos vendo é uma destruição ainda maior de nossos recursos. A questão é de irracionalidade. Basta ver o prejuízo que todos estão tendo com esta estiagem. E por acaso alguém está preocupado em recuperar e investir nos nossos recursos naturais? De forma alguma. Daí porque não veio nenhuma solução para este grave problema. E nós teremos que pagar pelos nossos próprios erros, pois a natureza reage de acordo com os cuidados que nós dispensamos a ela. Como não há nenhuma preocupação ambiental, infelizmente vamos ter que conviver com toda sorte de adversidade", sentenciou.